

EM TEMPO!

MULHERES
Seis operárias da oposição sindical dos químicos de São Paulo falam do que é ser mulher e lutar. (pág. 15)

Quinzenário nacional • Ano VI • Nº 154 • De 15 a 28 de Julho de 1982 • Cr\$ 70,00

DESEMPREGO PODE DOBRAR

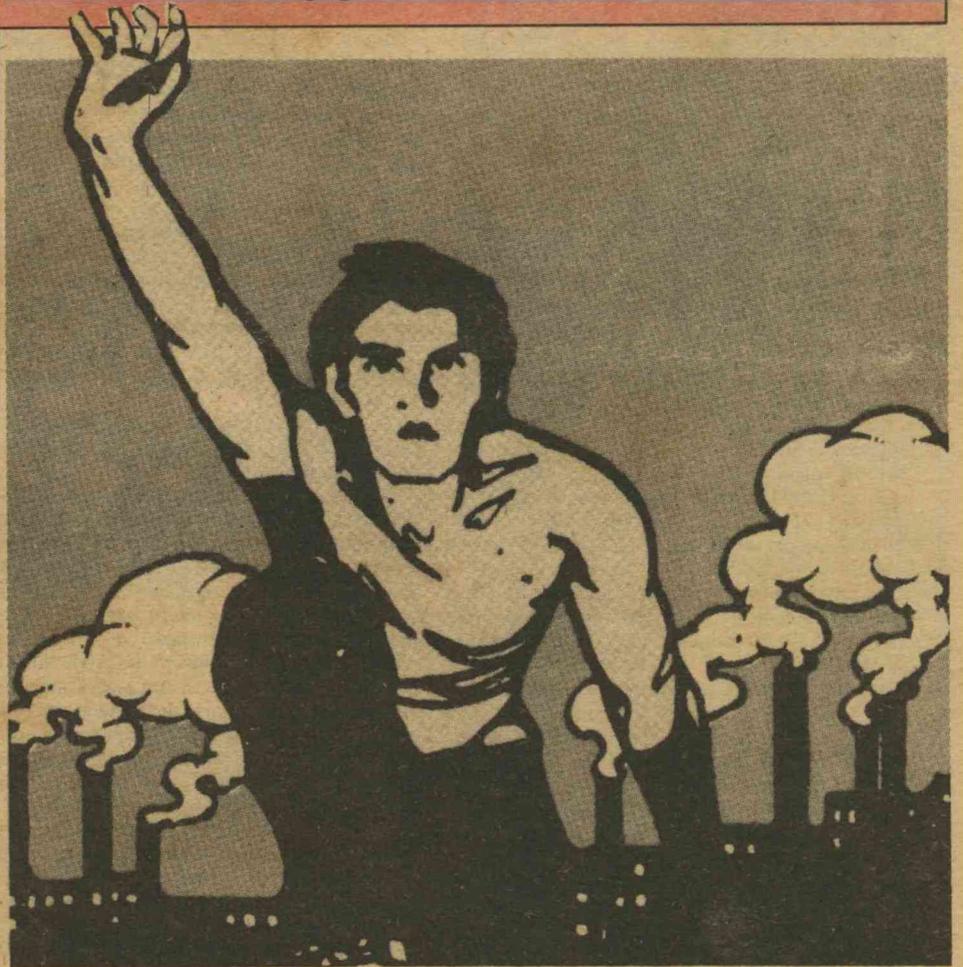
Em entrevista exclusiva, Válder Barelli, diretor do DIEESE, explica por que o desemprego deve continuar crescendo, demonstra como os índices do IBGE subavaliavam o número de desempregados, analisa como o sindicalismo no plano internacional enfrenta a questão. As tendências recentes do capitalismo indicam que ele é a principal fonte de pressão sobre a organização e as condições de vida da classe trabalhadora. (págs. 2 e 3).

REORGANIZAR A UNE

Frente à crise do movimento, aprofundada pelos erros e manobras da atual diretoria, é este o desafio principal do III CONEB (págs. 8 e 9).



Trazer de volta a esperança e a combatividade dos estudantes



Conclat agora

A comissão nacional pró-CUT deliberou, a esmagadora maioria dos Enclats aprovou. A depender da vontade da maioria, o Conclat será em agosto, mas continuam as manobras para impedir a sua realização (pág. 12). Nas páginas 10 e 11, o debate sobre a experiência das centrais em Portugal e na Bolívia.

Olívio em campanha

Em entrevista exclusiva, Olívio fala da maratona dos petistas gaúchos. O espírito unitário da campanha, o boicote da imprensa, as dificuldades e as perseguições, a receptividade dos trabalhadores (pág. 5)





Valter Barelli, diretor do DIEESE

O desemprego pode dobrar

Válder Barelli, economista e diretor do DIEESE, explica por que o desemprego deve crescer nos próximos anos, dissecando o erro de sub-avaliação dos índices veiculados pelo IBGE, fala da experiência internacional de movimento sindical e sugere as reivindicações principais para enfrentar o desemprego.

Por Juarez Guimarães

Em um primeiro momento, no final de 1980 e no início de 1981, quando começaram as demissões em massa principalmente na indústria automobilística, o governo afirmava que o desemprego era localizado; depois, durante o ano de 1981, quando foram ficando claras as tendências recessivas da economia, o governo lançou a discussão sobre um programa de emergência contra o desemprego, proposta que depois acabou sendo esquecida; finalmente houve a manipulação do índice que mede a evolução do PIB, procurando-se mascarar a gravidade da recessão. A ênfase no período recente vem sendo dada agora pelos economistas oficiais ao início de um reaquecimento da economia e de uma estabilização do desemprego daí decorrente. Por detrás de toda a ideologia oficial, qual é a realidade do desemprego hoje no país?

Barelli — Não houve nenhuma medida efetiva no que se refere à resolução do problema do desemprego. Aliás, isto é histórico no Brasil: nós não temos política de emprego e o governo e os economistas acham que a solução do problema do emprego está no funcionamento do mercado. Se não crescer a economia não se terá novos empregos. No período recente, a crise do emprego continua existindo mas não foi acirrada apesar de muitas empresas estarem fechando. Ao lado do desemprego do ano passado que foi de diminuição de produção, temos este ano uma tendência ao crescimento do número de falências que é generalizada nos diversos setores produtivos. Muita gente estranhou que em 1981, apesar de toda a recessão, o número de falências foi menor do que em 1980. Mas principalmente nos ramos têxteis e metalúrgicos, onde temos mais informações, é crescente este ano o número de falências. Por outro lado, houve de fato uma pequena retomada do crescimento mas uma retomada insignificante em termos de emprego, o que pode ser aferido pelos próprios levantamentos da FIESP que neste caso se refere ao número de vagas no emprego que foram abertas. Mas são em número muito menor do que o número de empregos queimados no ano passado. Um crescimento de menos de 1% ao mês que é muito inferior aos índices de desemprego constatados pelos mesmos critérios no ano passado que giravam em torno a 10 e até 16% para alguns setores. Existe um levantamento feito pelo professor Paulo Paiva, do CEDEPLAR da Universidade Federal de Minas,

mostrando que a elasticidade/emprego do PIB, ou seja, quanto de emprego é gerado quando cresce o Produto Interno Bruto, é de 0,4. Quando o PIB cresce 10% cresce 4% o emprego. Se tomarmos como referência as expectativas de crescimento da economia feitas pelo governo que são em torno a 5%, teríamos um crescimento de 2% no volume de empregos. Um tal crescimento seria inferior ao crescimento vegetativo da população que no período 1970/80 foi de 2,4. Este crescimento previsto pelo governo, mesmo se verificado, é insuficiente até para absorver as novas pessoas que chegam ao mercado de trabalho. Assim, a maioria das pessoas desempregadas no ano passado continua nesta situação e como no Brasil não há seguro-desemprego elas têm em geral sobrevivido pelo expediente de pequenos "bicos" ou pela solidariedade de parentes, amigos. A situação é, pois, bastante grave: se se mantivesse uma taxa de crescimento do PIB equivalente a 5% ao ano, mantendo-se constante a relação entre crescimento do PIB e emprego, a taxa de desemprego entre 1980 e 1985 dobraria. Além disso, é certo que a relação entre crescimento do PIB e geração de empregos deve estar sendo alterada pois em momentos de crise capitalista o que se vê é uma mudança nas relações de produção com a intensificação do uso de máquinas. Isto é, a relação tende a diminuir, o número de empregos gerados se tornando menor.

— Em que setores da economia essa renovação tecnológica tem se manifestado com mais intensidade?

Barelli — Se você pegar todas as vendas de máquinas de controle numérico, de microcomputadores você verá essa tendência. Um dos ramos mais lucrativos hoje é justamente a das empresas de computação, de processo de controle numérico e há firmas que estão já partindo para a produção de robôs. Essa renovação aparece mais na indústria automobilística porque ela tem um operariado mais ativo, que está mais despertado para os problemas, mas o fenômeno é generalizado. A indústria têxtil que passou por várias ondas de renovação tecnológica, nos últimos tempos está passando por outra, com redução de emprego novamente. A categoria dos têxteis em São Paulo caiu nos últimos tempos de cem mil para 60 mil trabalhadores. É uma tendência generalizada e está entrando agora nos bancos: com a computação nos caixas eletrônicos e o sub-sistema on line e outro



sistemas, há uma modernização muito grande no setor a qual, certamente, gerará redução do volume de empregos.

— Houve também uma disparidade entre as taxas de desemprego em São Paulo aferidas pelo DIEESE e as que vinham sendo veiculadas pelo IBGE. Você poderia explicá-la?

Barelli — O IBGE utiliza um método tradicional, isto é, só é considerado desempregado aquele que procurou e não encontrou emprego na semana de referência da pesquisa. Bem, quando não há emprego dizem os latino-americanos ele se torna um trabalhador desalentado, não procura emprego. Essa é uma terminologia da PREALC, que é um organismo da Organização Internacional do Trabalho. Então, em épocas de diminuição da oferta de empregos, o trabalhador sai menos a procura de empregos porque sabe que perderá dinheiro e tempo. A grande diferença da pesquisa do DIEESE é a de ter considerado desempregados aqueles que buscaram emprego em um período maior.

Se o PIB crescer 5% ao ano no próximo período, mantendo-se constante a relação entre crescimento do PIB e geração de empregos, a taxa de desemprego dobrará entre 1980 e 1985.

Então, a taxa de desemprego no período em que fizemos a pesquisa passou de 7,7 (a do IBGE) para 12,8%. Então, o problema não é das pesquisas do IBGE mas do conceito que vem sendo utilizada por esta entidade para medir o desemprego. É um conceito que vale, por exemplo, para os EUA e para a maioria dos países europeus, já que o trabalhador

mesmo em épocas de menor oferta de empregos está sempre em busca de trabalho porque lhe interessa estar credenciado às inúmeras agências de auxílio-desemprego. No Brasil, onde não há seguro-desemprego, este não poderia ser medido por este critério.

— Nos EUA e na maioria dos países europeus, os trabalhadores além de um movimento sindical mais estruturado, contam com maiores conquistas no âmbito corporativo para enfrentar o problema do desemprego. Você poderia fazer uma análise comparativa da situação dos trabalhadores nestes países?

Barelli — O movimento sindical nos países centrais foi sempre mais em defesa do emprego do que do salário. Historicamente, houve um grande movimento de resistência à introdução de novas máquinas na produção porque elas levavam ao desemprego. Depois, houve a luta pela redução da jornada de trabalho, o que teve um efeito enorme na oferta de empregos pois se deixou de trabalhar 18 horas como ocorria no início do capitalismo para se trabalhar 8, ou deixou de trabalhar mais de 48 horas por semanas para se trabalhar 40. Na França, hoje é programa do governo a implantação de uma jornada de 36 horas semanais mas isto é espalhado por vários países, dependendo da categoria. Na Austrália, por exemplo, há vários setores onde se trabalha 36 horas semanais e o mesmo ocorre em alguns países da Europa. Uma outra medida, foi a criação de fundos financiados pelo governo, pelas empresas, ou pelas empresas e os trabalhadores possibilitando o sustento do trabalhador no período em que ele está desempregado. A legislação de vários países do mundo incorpora isso; a Constituição brasileira em vigor dá como direito do trabalhador o seguro-desemprego, mas a lei não é cumprida e houve inclusive alguns ministros que afirmaram que no Brasil

PERSPECTIVA Internacional

1. Editorial/Argentina
Tropas britânicas, fora das Malvinas

2. Carlos Henrique Árabe
O curso da revolução salvadorenha e a solidariedade internacional

3. Daniel Bensaid
Ensinos da Revolução Sandinista

4. Zbigniew Kowalewski
Todo poder aos trabalhadores poloneses!

5. Ernest Mandel e John Ross
A necessidade de uma Organização Internacional Revolucionária

Cheque à Editora Aparte S/A - Rua Francisco Leitão, 57 - Pinheiros - São Paulo - CEP: 05414

Leia o nº 2

Assinatura anual Cr\$ 1.200,00.

... e na 2ª quinzena de julho, o nº 3 da PERSPECTIVA já poderá ser requisitado:

1. Líbano; 2. Argentina; 3. Editorial/América Central; 4. Crise mundial do capitalismo, de E. Mandel; 5. Vietnã; 6. Uruguai: Solidariedade com os presos políticos; 7. Socialismo/documento: Democracia Socialista e Ditadura do Proletariado.

nos próximos anos

não haveria condições de se implantar o seguro-desemprego.

O que o movimento sindical internacional está pensando atualmente é que esta introdução de tecnologia nova está eliminando postos de trabalho exatamente onde os trabalhadores são mais combativos. A ferramentaria, que no caso brasileiro tem um significado muito especial pois foram nestas seções onde surgiram as lideranças de muitos movimentos reivindicativos, passa a ser ameaçada pelo planejamento de peças através do computador desenho, pela feitura de peças e ferramental através de computador. Assim, este avanço tecnológico está se fazendo não nos setores insalubres, nos setores penosos e sim nos setores onde o movimento sindical é mais forte. Enfim, a tecnologia não é tão neutra assim como muita gente diz.

Os índices do IBGE subestimam o desemprego pois só computam aquele que busca trabalho e não encontra na semana de referência da pesquisa. A pesquisa feita pelo DIEESE, considerando um espaço de tempo mais amplo, obteve um índice de 12,8% quando o índice do IBGE para o desemprego no período em São Paulo era de 7,7%.

— Um dos momentos mais significativos da luta do movimento sindical brasileiro contra o desemprego, foi a votação da Volks em São Bernardo quando os operários recusaram a proposta de redução da jornada com

correspondente redução do salário, o que se tornou uma certa norma para outras categorias que posteriormente vieram a recusar tal expediente. Acompanhando as pautas mais recentes dos dissídios, que conquistas importantes foram obtidas no combate ao desemprego?

Barelli — No caso dos acordos recentes, tem-se obtido estabilidade para casos específicos, para a mulher gestante, para os acidentes, para os membros da CIPA e, em alguns casos, para a comissão de negociação ou para a comissão de fábrica. Está sendo uma briga muito difícil porque o patronato teme a reação de um efeito em cadeia, isto é, à medida em que em um determinado acordo específico se reconheça um direito do trabalhador, ele se generalize em termos do Brasil. O patronato sentiu isso claramente no caso dos acordos salariais que garantiam um determinado índice de reajuste que começou em uma fábrica e rapidamente foi assumido por várias categorias em todos os cantos do Brasil. Uma coisa que se investe muito hoje é no sentido de diminuir o arbítrio do empresário na dispensa. Foi muito pouco falado no Brasil, mas o boletim do DIEESE no mês passado publicou, o fato da OIT discutir uma convenção em que os países signatários adeririam a um acordo em que não seria permitida a dispensa arbitrária. E a dispensa arbitrária é a pior praga da legislação trabalhista brasileira, possibilidade introduzida pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço que dá ao empregador o direito de despedir qualquer trabalhador sem qualquer causa aparente. Esta convenção da OIT viria justamente no sentido de evitar a dispensa não justificada.

— Voltando então àquela tendência que você expôs no início da entrevista de que o

A Constituição brasileira em vigor dá como direito do trabalhador o seguro-desemprego, mas a lei não é cumprida e houve inclusive alguns ministros que afirmaram que no Brasil não haveria condições de se implantar o seguro-desemprego.

desemprego dobraria mesmo se aderindo à tese mais otimista do governo de crescimento de 5% da economia. A consequência que daí resulta, é que será colocado ao sindicalismo brasileiro o desafio maior de obter, seja a nível institucional ou das conquistas mais gerais da classe trabalhadora, uma modificação substancial do quadro do emprego. Que reivindicações, o DIEESE considera as mais importantes neste campo?

Barelli — Uma medida que resolveria imediatamente o problema do emprego seria a reforma agrária, que é uma expressão do movimento sindical brasileiro. É uma das únicas bandeiras que une o movimento sindical brasileiro: das indústrias ao campo, todo brasileiro organizado em sindicato, ou pelo menos as suas direções, sabem que a saída é a reforma agrária. Ela, além disso, influiria decisivamente sobre o êxodo rural, que gera o problema do sub-emprego nas cidades e, de quebra, o problema dos desempregados no campo, os bóias-frias. Além disso, o Congresso dos Trabalhadores aprovou bandeiras no sentido de redução da jornada de trabalho, do salário-desemprego, da ativação da economia que são também importantes.

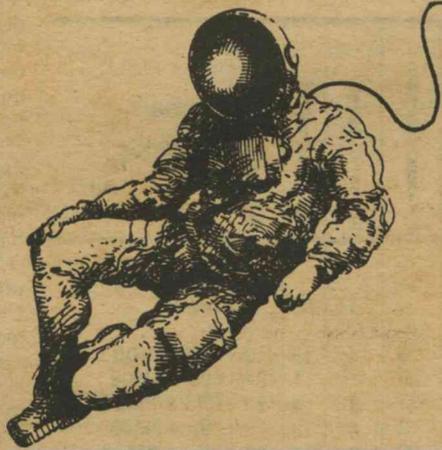
Capitalismo e desemprego

As tendências do capitalismo internacional e da economia brasileira apontam o desemprego como a principal fonte de pressão sobre as condições de vida e as organizações da classe trabalhadora.

Já se disse que o capitalismo brasileiro combina os infernos de dois mundos. Os males do capitalismo internacional em sua fase monopolista repercutem aqui com maior intensidade devido aos desequilíbrios advindos da formação periférica do capitalismo brasileiro.

A tendência ao crescimento do desemprego nos países imperialistas é cristalina. O número aproximado de desempregados nestes países cresceu de 10 milhões no período da recessão de 1970 para 20 milhões na recessão de 1974/75 e, finalmente, para 30 milhões na recessão atual. A tendência de longo-prazo a uma taxa menor de crescimento das economias capitalistas combinada com uma pronunciada intensidade de inovações tecnológicas explica este crescimento colossal. Menos e menos horas de trabalho são necessárias para produzir uma quantidade de bens e serviços estagnada, em declínio ou crescendo apenas muito lentamente.

O desemprego que atinge já as fileiras do coração do proletariado nestes países é utilizado pelo governo e pela burguesia para aquebrantar o poder de negociação dos trabalhadores acumulado durante vinte anos de crescimento do capitalismo no pós-guerra e para justificar planos de austeridade, onde os salários são reduzidos e os gastos sociais diminuídos.



A economia brasileira, de forma evidente desde 1974, vem participando da grande crise econômica que sacode o capitalismo mundial. Mas foi em 1981 que o capitalismo brasileiro não apenas deixou de crescer como diminuiu o seu Produto Interno Bruto, em uma tendência que não parece, no fundamental, vir a ser alterada para os próximos anos. Aqui, como lá fora, as empresas, no mais das vezes filiais de multinacionais, respondem à crise com inovação tecnológica, reorganização da produção e demissões.

O desemprego no Brasil

Um inferno se soma a outro. A tendência histórica à concentração fundiária conjuga-se ao processo de

penetração do capitalismo no campo para fechar espaços, expulsar trabalhadores. Nos últimos 40 anos, o número de empregados no campo passou apenas de 3,2 para 4,8 milhões apesar da população brasileira ter triplicado no período. O número de sub-empregados — os que não recebem o salário-mínimo ou não tem carteira de trabalho — ascenderam em 1979 a cerca de 19 milhões. A jornada extenuante, filha dileta do arrocho salarial, fortalece o desemprego: teríamos mais de três milhões de novos empregos se todos os brasileiros assalariados tivessem uma jornada de 40 horas semanais, mantido o atual nível de produção. Aposentadoria insuficiente e a exploração precoce, jogam no mercado de trabalho 1,8 milhões de menores de 14 anos e idosos de mais de 60, ocupando igual oportunidades de emprego.

Some-se a isso a ausência de qualquer apoio social ao desempregado ou de garantia de estabilidade ao emprego e o quadro se completa.

Não pode haver dúvidas de que o desemprego é hoje, e será de forma crescente, a principal fonte de pressões sobre as condições de vida da classe trabalhadora, sobre o seu movimento sindical e político. Se a inflação é a tensão diária sobre o orçamento, o desemprego é para a classe operária o câncer que vai corroendo as suas entranhas.

Editorial

A decisão da comissão pró-CUT de realizar a Conclat este ano reflete, sem dúvida, a vontade majoritária nas bases do movimento sindical. Antes dela, já haviam se pronunciado favoravelmente à realização do Conclat os Enclats do Espírito Santo, Ceará, Pernambuco, Paraíba, Pará, Bahia, Goiás e Mato Grosso. Tudo indica que a mesma posição é amplamente majoritária no Rio Grande do Sul e em São Paulo, onde 27 dos 30 membros da Comissão Sindical Única rejeitaram o adiamento. Apenas o Enclat do Rio Grande do Norte e o do Rio de Janeiro, por pequena margem de votos, votaram pelo adiamento.

Exatamente por isso, o Conclat é uma ocasião privilegiada, decisivo para o movimento sindical recompor os seus organismos intersindicais, traçar de forma segura os passos para a construção da CUT. As correntes identificadas com a criação de uma Central carregada dos vícios do cupulismo e atrelamento da estrutura corporativa, através de um compromisso com federações e confederações pelegas, estão divididas e enfraquecidas. Por outro lado, as propostas sectárias e paralelistas estão também bastante debilitadas.

Portanto, o movimento sindical tem todas as condições de sair fortalecido desta Conclat incorporando à prática das inter-sindicais toda a combatividade das inúmeras categorias no período recente que tem se empenhado em lutas duras mas atomizadas contra os patrões e a ditadura.

Um movimento sindical fortalecido é, por sua vez, a condição necessária para os trabalhadores se sentirem encorajados a lutar contra os efeitos cada vez mais danosos da crise, como o desemprego e a inflação. Não se conseguirão conquistas importantes, mais duradouras se a classe trabalhadora não se levantar de forma unitária pelas suas reivindicações. O crescimento do desemprego tem raízes profundas e a inflação tem mil fôlegos; os patrões já têm as suas entidades gerais e contam com a couraça resistente do Estado.

No ano de 1981, a classe trabalhadora correu atrás do Pacote da Previdência, sofreu a retirada dos 10% além do INPC no reajuste do salário-mínimo, viu o reajuste semestral ameaçado. Ficou se defendendo de golpes e mais golpes. É hora de começar a inverter o jogo, passar à ofensiva e, para isso, a estruturação das intersindicais e da CUT é condição necessária.

Mas, os efeitos de uma Conclat certamente repercutirão sobre todos os setores sociais, sobre todos os acontecimentos políticos do país. Entre eles, e principalmente, sobre as eleições de 82. O fortalecimento das reivindicações dos trabalhadores brasileiros, de seus organismos, repercute diretamente na conjuntura eleitoral, denunciando as candidaturas anti-operárias e desmascarando aqueles que falam em frentes amplas com a burguesia. Não há assim nenhum mistério em entender que Joaquinão (instrumento da ditadura no movimento sindical) e a maioria das forças peemedebistas apostem no adiamento da Conclat, trabalhem por ele.

Temos, portanto, que trabalhar pela realização da Conclat, garantir a decisão já tomada pela Pró-CUT. Para os que entendem — como o PT — que a luta parlamentar está subordinada à luta direta do movimento este é um desdobramento lógico de seu alinhamento com os interesses dos trabalhadores.

O PT, de Norte a Sul do país

Um balanço do que foi o Encontro de Brasília nos dias 3 e 4 últimos, que reuniu a maior parte dos candidatos majoritários a nível estadual do PT, e avaliou o andamento da campanha petista em todo o país.

O encontro dos candidatos majoritários do Partido dos Trabalhadores, realizado em Brasília nos dias 3 e 4 de julho, foi bastante positivo. O minucioso balanço nacional da situação do nosso partido e das demais forças políticas em cada estado revelou dados e informações que nem sempre são globalizados pela grande imprensa, dificultando assim um panorama mais completo da política nacional.

O primeiro fato a destacar é a situação do PT. De partido inviável há dois anos, o PT hoje, está presente, já organizado e legalizado — inclusive candidatos em todos os níveis — em 19 Estados da Federação. Nos restantes: Bahia, Rio Grande do Norte e Alagoas, o partido já conta com candidatos, mas ainda não completou a fase de legalização definitiva. A última exceção até novembro será, provavelmente, Mato Grosso, onde a Comissão Provisória dificilmente legalizará o partido até agosto.

A implantação do PT revela-se também no número de candidatos — em torno de 200 deputados federais e 400 deputados estaduais — já lançados em todo o país, demonstrando a enorme capacidade de organização dos trabalhadores que souberam superar a absoluta falta de recursos materiais e a avalanche populista e pequeno burguesa do "voto útil", da "unidade das oposições".

Os relatos dos vários estados evidenciaram também a fragilidade de outros projetos oposicionistas. O PDT tende a reduzir-se a menos de uma dezena de estados sendo que em alguns lechou, melancolicamente, por deliberação de seus próprios filiados, como foi o caso de Pernambuco. O resultado eleitoral foi mais forte que o programa e os objetivos do partido. Neste caso, parece que o prêmio-consolação da prefeitura de Recife foi o argumento de maior peso. Do PTB, nem se fala, continua sua marcha de linha auxiliar da ditadura, acomodando arrivas de origens diversas como Jânio Quadros, Paulo Pimentel e Sandra Cavalcanti sob a batuta já não tão segura de dona Ivete Vargas.

O PMDB mudou a cara e a maquiagem. Com a incorporação de Alberto Silva, Roberto Santos, Cid Sampaio, Irapuan Costa Junior, Miro Teixeira, Sinval Guazzelli e tantos outros deixou de ser uma frente contra o regime para ser mera oposição ao atual governo Figueiredo. A "frente" cresceu para a direita desfigurando ainda mais os vínculos populares do velho MDB, que agora somente se mantém graças ao colorido que os reformistas e populistas dos velhos PCs e o já cambaleante MR-8 lhe emprestam, temporariamente, enquanto a "democracia" não vem.

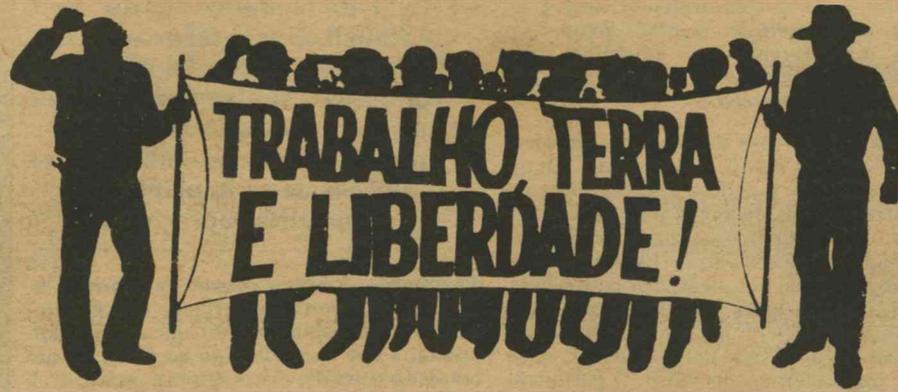
Tornam-se, também, mais evidentes as articulações dos novos partidos pós 15 de novembro. Os relatos dos companheiros de Minas mostraram como Tancredo já está mancomunado com as novas manobras de senadores dissidentes do PDS. Aos ingênuos não só eleitores, mas intelectuais do porte de uma Maria da Conceição Tavares — que acreditam no grande partido popular e pluriclassista que o PMDB será após a "vitória" de 15 de novembro, resta o aviso: preparem-se para nova rasteira! Pela enésima vez, os famosos liberais deixarão os "democratas honestos" a ver navios. Talvez com mais esta lição compreendam que sua única alternativa progressista é do lado dos trabalhadores e pelo socialismo.

Outro aspecto do Encontro de Brasília foi o amplo debate sobre o momento político. Desta vez, o tempo dedicado à conjuntura e ao posicionamento eleitoral do PT foi maior do que nas reuniões do Diretório Nacional, revelando outro ponto positivo do Encontro.

O saldo deste debate que durou várias horas, está resumido no texto de seis pontos divulgados para a imprensa após a reunião, onde o PT reafirma que entramos nessas eleições para ganhar, embora sabendo e denunciando que elas não são livres nem limpas.

(*) Raul é membro do Conselho Editorial do EM TEMPO, vice-presidente do PT gaúcho e candidato ao senado pelo partido.

Por Raul Pont (*)



Seis pontos de luta

A síntese das deliberações políticas do Encontro que deverão nortear um documento a ser elaborado pela Comissão Executiva do partido para orientação na campanha.

- 1 *Saimos para ganhar, embora as eleições de novembro não sejam livres nem limpas, pois prevalecem uma legislação eleitoral anti-democrática, o clientelismo e a corrupção;*
- 2 *Nosso inimigo não é apenas o regime militar, mas todos aqueles que lhe dão sustentação política através de uma prática clientelista, conciliatória, de tráfico de influência e de exercício do poder econômico;*
- 3 *Os exploradores e opressores da classe trabalhadora não estão reunidos exclusivamente num único partido da classe dominante;*
- 4 *A vitória do PT não se contará apenas pelo número de candidatos eleitos, mas pelo saldo de organização, mobilização e fortalecimento ao movimento popular e das classes trabalhadoras;*
- 5 *O PT soma e multiplica as forças dos que nunca tiveram vez nem voz;*
- 6 *Nossa campanha será de luta, unitária e massiva em torno do programa do partido e do lema: "Trabalho, Terra e Liberdade".*

Radiografia do PT - 82

Estado	Situação legal	Nº municípios	Nº Dir. Munic.	Candidato ao governo e ao senado	Nº cand. prefeito	Nº cand. feder.	Nº cand. estad.	Nº com. mun. prov.	Demais partidos
Acre	OK	12	12	Nilson e Abraim	-	3	23	-	Todos
Alagoas	(1)	96	22						
Amazonas	OK	44	12	Evandro e Aluísio	6	4	15	3	PDS, PMDB e PTB
Bahia	(2)	336	43	Edval e Sérgio	20	7	11	34	PDS e PMDB
Ceará	OK	141	54	Américo e William	21	3	8	20	PDS e PMDB
E. Santo	OK	55	18	Perli e M.º José	12	4	13	10	PDS e PMDB
Goiás	OK	233	56	Athos e Paulo	30	6	12	43	PDS e PMDB
Maranhão	OK	131	37	Oswaldo e Santiago	22	2	11	11	PDS, PMDB e PDT
M. G. Sul	OK								
Minas	OK	722	182	Sandra e Joaquim	113	25	48	20	PDS, PMDB e PDT
Pará	OK	83	25	Nazareno e Marcel	11	2	11	6	PDS e PMDB
Paráíba	OK	171	35	Francisco e Idalmó	25	4	10	6	PDS e PMDB
Paraná				Edésio e Isaías					
Pernambuco	OK	165	36	Manoel e Bruno	15	4	10	5	Todos
Piauí	OK	115	30	Ribamar e Josué	10	2	5	3	PDS e PMDB
R. Janeiro	OK	63	46	Lisâneas e Vladimir	18	29	57	-	Todos
R. G. Norte	(3)	151	11	Rubens e Eliziel	11	4	4	25	PDS, PMDB e PTB
R. G. Sul	OK	240	63	Olívio e Raul		15	25	15	PDS, PMDB e PDT
Rondônia	OK	13	8	Não há eleição	6	2	7	-	PDS e PMDB
S. Catarina	OK	199	61	Eurides e Valmir	40	8	11	6	Todos
S. Paulo	OK	571	249	Lula e Jacó	209	36	72	25	Todos
Sergipe	OK	75	16	Marcelo e Jovino	13	2	4	3	PDS e PMDB

(1) Em organização e legalização.

(2) Legalização prevista para breve.

(3) Legalização garantida.

FONTE: Relato dos estados no Encontro de Brasília.

O PT reafirma também que o regime é seu inimigo número um, mas chama a atenção que não é só o PDS que lhe dá sustentação, bem como os exploradores da classe trabalhadora não se reúnem em um único partido da classe dominante.

Por fim, o texto lembra que o PT traz ao cenário político aqueles que não tiveram voz nem vez até agora e que sua vitória eleitoral se medirá pelo saldo orgânico que as classes trabalhadoras alcançarem nesta campanha eleitoral, lutando por Trabalho, Terra e Liberdade.

Essas definições são positivas pois armam os candidatos para enfrentarem na campanha eleitoral não apenas o regime mas o rolo compressor da tática do "voto útil" que o PMDB tenta impor em todo o país.

Se é correto mostrar que as eleições não são livres nem limpas, também é necessário mostrar que ricos fazendeiros como Brossard e Teotônio Vilela não farão jamais reforma agrária neste país, nem grandes comerciantes como Pedro Simon nem industriais como Severo Gomes vão alterar a CLT, o Fundo de Garantia e as outras formas que garantem a exploração dos trabalhadores e, portanto, de seus lucros.

O Encontro de Brasília também chamou atenção pelas debilidades que o PT possui nas suas formulações táticas e pelo risco de cairmos num certo triunfalismo fruto dos avanços conseguidos nestes dois anos e das boas expectativas eleitorais em alguns estados, ou no isolamento político na relação com as camadas médias da sociedade.

Se as eleições não são livres nem limpas, nada mais correto que nos prepararmos para enfrentar todo o arsenal de corrupção, favorecimentos, clientelismo, uso de verbas públicas, patrocínio do grande capital aos candidatos do regime e da burguesia liberal. Para as amplas massas, infelizmente, o nível de consciência político-partidária e eleitoral ainda é determinado pela troca do voto por algo, pois no capitalismo o voto também é uma mercadoria. Portanto, não podemos criar um mito de triunfalismo eleitoral, pois no caso de resultados adversos isso poderia levar a uma frustração, não apenas do pleito, mas sobre a própria organização e necessidade do PT.

Devemos neste caso, ter muito claro o nível de consciência das massas e sermos o mais realista possível em nossas análises para o debate eleitoral no PT. O outro aspecto a salientar é que o processo eleitoral — com todas as ressalvas citadas — acabará legitimando, de alguma forma, o regime e nós estaremos neste barco.

Aqui, aparece uma das nossas maiores debilidades táticas na atual conjuntura. Continuamos sem responder de forma ofensiva e que force a ação comum, unitária, de outras forças políticas, contra o regime.

E, não nos enganemos de que o abandono pelos liberais da tese de uma Assembléia Constituinte, alternativa ao regime militar, mostra a correção do PT em não tê-la assumido. Ao contrário, mostra, isto sim, a incapacidade dos liberais liderarem a luta frontal contra o regime, levarem até o fim a luta pela democracia.

As campanhas unitárias no enfrentamento ao inimigo comum são a melhor forma de mostrarmos a necessidade do PT. Na impossibilidade imediata de assumirmos bandeiras mais globalizadoras contra o regime e pelo abandono da constituinte pelos liberais, cabe-nos, ao menos, impulsionar, termos a iniciativa, de campanhas contra a LSN, a CLT, a farsa constitucional que está aí, a permanência dos órgãos de repressão e da censura.

Se não temos ilusões — e por isso o PT é necessário agora — de unir as lutas por Trabalho e Terra com os liberais e burgueses progressistas, precisamos ter claro que a luta por Liberdade, exige a ação unitária dos amplos setores que hoje estão contra o regime militar.

Cabe a nós a iniciativa dessa luta. A prática se encarregará de mostrar ao conjunto da sociedade quem defende efetivamente os interesses da grande maioria de explorados e oprimidos.

Olívio fala da campanha gaúcha

Uma entrevista exclusiva com o vice-presidente do partido e candidato do PT ao governo do Rio Grande do Sul.

Por Gerson Almeida e Sônia Coutinho

— Olívio, qual a sua opinião sobre o recente pacote aprovado pela maioria governista no Congresso?

Olívio — Este último pacote, na verdade, é uma síntese dos outros pacotes; ele é a quinta essência dos casuísmos, revela naturalmente uma fraqueza do regime que não acredita no seu partido. O regime está vendo que pela via eleitoral o seu partido não tem futuro; assim, ele quer garantir a sua permanência no poder e a presença do seu partido no rodapé do poder com estes casuísmos que visam confundir o eleitor, prejudicar a compreensão da classe trabalhadora do ato de votar e, é claro, tudo isto feito com a conivência do Congresso. Nem digo do PDS, que este não tem espinha, não tem caráter, não tem programa próprio, ele depende da vassalagem aos poderosos, ao general que está no exercício da Presidência da República e das forças cujos interesses eles atendem. Este pacote é uma artimanha do regime que está conseguindo não só a subserviência do seu partido, o PDS, que é pública e notória, mas também a conivência de franjas dos partidos de oposição. Se o Congresso Nacional espera recuperar suas prerrogativas por doação e não por conquista, o povo, a classe trabalhadora vamos estar sendo ferrados. O certo é que com a cooptação de amplos setores do Congresso Nacional o regime aprovou um pacote que pretende institucionalizar a sua permanência no poder por uma boa temporada.

A nível nacional talvez seja no Rio Grande do Sul onde esteja se encontrando a forma adequada de concretização da campanha unificada decidida pelo partido.

Isto tudo é feito assim com a aceitação, a conivência, a comissão ou o discurso evasivo e até mesmo eleitoreiro dos partidos da oposição que no fim acabam completando a tarefa do regime de se institucionalizar e fazer com que a organização popular se envolva num emaranhado de leis casuísticas e de determinações autoritárias. Por outro lado, também, este pacote foi ganho por que o regime largou algumas vantagens, particularmente para os partidos que tem o imediatismo eleitoreiro, a busca de cargos: o pacote aumentou o número de cadeiras no Congresso, aumentou o número de vereadores, estendeu os mandatos dos prefeitos e dos vereadores para seis anos, ele atendeu aos reclamos dos políticos profissionais ou daqueles que querem se profissionalizar da política. Se houve algum discurso veemente contra o pacote foi apenas a perfumaria, apenas cortina de fumaça, porque na verdade tava aí se consolidando um acordo entre as classes dominantes, que não tem um partido único neste país. Não é privilégio do PDS conter na sua composição a totalidade dos exploradores deste país; as classes dominantes através dos seus representantes no Congresso são coniventes com este pacote.



— Olívio, como é que está a campanha do PT? Qual é a importância do PT ter candidatos em todos os estados e participar das eleições com estas candidaturas próprias em todos os níveis?

Olívio — Para nós não há diferença por exemplo entre a exploração de um banqueiro do PDS e um outro qualquer de algum partido de oposição; ambos exploram o bancário e o resto da sociedade da mesma forma. Por isso é que surgiu o PT, como forma da classe trabalhadora resgatar as condições de fazer a história de hoje e de amanhã, como instrumento para executar tal tarefa. Por isso é que contamos hoje com candidatos em quase todos os estados da federação e concorreremos não apenas para cumprir as formalidades da lei mas para ganhar de fato. Nós aqui no Rio Grande do Sul, com a nossa pequena estrutura diante das grandes estruturas dos partidos tradicionais, todos eles com máquinas em prefeituras, câmaras, Assembléia, Congresso e nos governos estaduais e federal, e nós sem nenhuma destas máquinas mas com a consciência clara de nosso crescimento se dá no meio das lutas da classe trabalhadora, nós estamos num crescendo enorme, estamos presentes organizadamente em 63 municípios com diretórios implantados, em 10 outros com comissões municipais provisórias, em 12 outros com núcleos em fase de transformação em comissões provisórias. Com esta nossa organização já atingimos 75% do colégio eleitoral do estado. E a todo momento estamos sendo solicitados a comparecermos em novos lugares que até agora só não pudemos atender pelo fato de a maioria de nossos dirigentes municipais e estaduais estarem ligados ao seu trabalho profissional no dia a dia, ao seu ganha-pão. Assim, nossa mobilidade é bastante reduzida: fazemos política à noite e de madrugada ou nos fins de semana; embora sentados na mesa, comendo o nosso feijão com arroz, ainda estamos fazendo política.

Mesmo com tudo isso, nós estamos chegando nos mais longínquos recantos do estado. Em São Luiz Gonzaga, por exemplo, surgiu um núcleo de trabalhadores rurais do partido, um trabalho de organização comunitário interessantíssimo. E é preciso dizer que lá, o PMDB não considera o PDS seu principal inimigo, mas o PT: companheiros funcionários públicos, de abrir buracos

nas ruas foram demitidos porque optaram pelo PT e eram da sua direção.

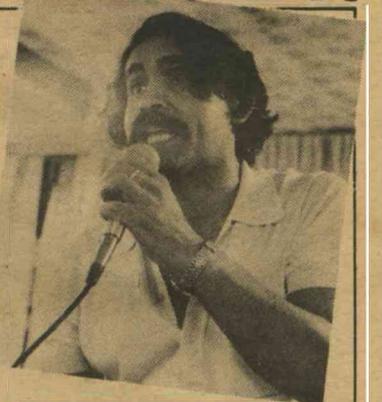
Há pouco tempo, o companheiro Raul Pont esteve em Barão de Cotegipe, um município do oeste do Estado, no alto Uruguai, constituído fundamentalmente de pequenos produtores rurais que realizaram a sua convenção no recinto de uma igreja. Ficaram o dia inteiro reunidos, os trabalhadores trouxeram o seu arroz, a sua galinha, o seu feijão, almoçaram juntos enquanto discutiam a proposta do PT, a realidade do município, o encaminhamento das lutas. Em Estância Velha, nós tivemos uma conversa numa vila na periferia da cidade, numa área descoberta, onde nos reunimos com os companheiros no fim de tarde, anoitecendo. Um frio úmido, os companheiros mal vestidos, mal alimentados, desempregados, já não se enxergava mais por causa do escuro, mas os interesses na discussão era maior. Ao final, uma companheira foi até sua casa, trouxe um lampião, jogou no meio do grupo e a discussão foi pela noite adentro.

Mas temos que avançar mais, cobrindo todo o estado. Hoje no Rio Grande há 500 mil trabalhadores desempregados, 130 mil famílias de camponeses sem terras. Estes problemas e muitos outros, gravíssimos não vão ser solucionados pelas classes dominantes. E não é apenas uma questão de substituir pessoas no governo, nem de ter a ilusão de que se chegarmos ao governo, estaremos no poder. Estes problemas só vão ser resolvidos na medida em que estivermos organizados, na medida em que a classe trabalhadora estiver politicamente mobilizada em seu partido que é o PT.

Por isso o voto útil (aqui no sul, manipulado tanto pelo PMDB como pelo PDT) é mais uma engabelação sobre o trabalhador. Essa conversa de que não é hora ainda da classe trabalhadora ter seu próprio partido eu estou ouvindo desde criança.

Não temos ilusões de que estas eleições vão resolver nossos problemas, e por isso achamos que nossa vitória não vai se dar em cima do número de candidatos que consigamos eleger (e vamos eleger muitos) mas vai se dar pelo saldo de organização e mobilização que a nossa passagem pela campanha eleitoral deixar no movimento popular.

— Como a sua candidatura está se



relacionando com a grande imprensa?

Olívio — Nós do PT jamais iríamos ter a ilusão de que nossa proposta iria ter o mesmo espaço na grande imprensa que a proposta dos demais partidos. É preciso dizê-lo com todas as letras: o PT está sendo boicotado na grande imprensa. Só surgem notícias do PT quando é para sublinhar uma retaliação de um outro partido. As intervenções diretas do PT não têm espaço. Mas isso não nos espanta; os grandes capitalistas e o governo é que controlam a grande imprensa. Por isso é que o PT, diferentemente de todos os demais partidos, tem um jornal nacional próprio, que eu aproveito aqui a oportunidade para lançar um apelo de reforço à nossa campanha de assinaturas e vendas.

O novo pacote foi aprovado inclusive com a conivência de franjas dos partidos de oposição. Não é privilégio do PDS abrigar os exploradores deste país.

— Como está indo o lançamento de candidaturas proporcionais?

Olívio — O Diretório Estadual tomou a acertada deliberação de estimular o surgimento de candidaturas em todo o interior do estado, para que cada município ou conjunto de municípios tenha seu candidato próprio. Não pode haver a ida de candidato da grande Porto Alegre ao interior inibir por exemplo o lançamento de candidaturas a deputado federal. A deliberação foi de que até o fim do mês, data da convenção regional, fazer surgir o triplo de candidatos que temos hoje que são 14 a federal e 23 a estadual. Para isso temos que romper com a prática que estava havendo aqui no estado, muitas vezes talvez até não intencionalmente, de desestimular novas candidaturas. Haver candidaturas preferenciais de determinado município no entanto não quer dizer área fechada ou feudo daquela candidatura. A campanha é do partido e isso tem que ficar claro.

— Como está aqui a evolução da campanha unitária?

Olívio — É uma experiência novíssima e por aí também o PT vai se diferenciando dos partidos tradicionais. Hoje os comitês unificados estão num trabalho principalmente na criação do fundo financeiro comum que será a fonte comum para distribuição igualitária dos gastos na campanha. Fica uma faixa para a criatividade do próprio candidato, de ter o seu santinho e inclusive sua dobradinha, desde que não se revele de um caráter meramente eleitoreiro.

A nível nacional talvez o Rio Grande do Sul esteja encontrando a forma adequada de concretizar a campanha unitária. Alguns estados tem pecado pelo excesso de centralização, talvez seja o caso do Rio de Janeiro; ou então um excesso de liberalização, talvez São Paulo, que chega ao ponto de haver comitê eleitoral de candidato individual mesmo que este comitê tenha um caráter de construção do partido.

— Como e porque você entrou para o PT?

Beto — Em 1979, paralelo às grandes greves operárias que aconteciam no país, os estudantes de minha escola mobilizavam-se por melhores condições de ensino, e a nível nacional, foi o ano de reconstrução da UNE. É neste ano que entro para a Universidade e logo me engajo no processo que egeria a primeira diretoria da UNE reconstruída. O debate político era intenso, era o momento da redefinição partidária e o início da construção do PT. Neste momento de definições políticas, as eleições para a UNE estavam muito relacionadas com posições políticas mais gerais. Foi aí que comecei a amadurecer a minha opção partidária, assim como nascia um sentimento de luta por uma nova sociedade.

— Como entende o PT e as eleições de 82?

Beto — Por mais controlado que seja este processo eleitoral, ele é um momento de politização da sociedade, é um momento privilegiado para se apresentar a toda a sociedade uma nova proposta. A proposta do PT é clara: organizar os trabalhadores e seus aliados, como a juventude, para a derrubada da ditadura e pela construção do socialismo. Para o PT a campanha eleitoral é uma campanha de luta, é também uma oportunidade para se definir uma prática política de massas. Através dos Comitês Eleitorais Unificados o PT se diferencia das campanhas dos partidos burgueses, onde cada candidato só vê a sua clientela e a sua eleição. Os CEU, como prática de organização coletiva, coordenam a ação unitária do partido e os recursos financeiros com o compromisso maior de organização dos setores sociais e a busca de uma intervenção política do PT. Aqui no Rio temos o CEU de Educação, com a participação de estudantes e professores, que busca concretizar um programa para esta área, ampliar a inserção do partido e construir a intervenção unitária neste setor.

Rio Um estudante candidato

Entrevista com Beto Bastos, 22 anos, ex-presidente do Centro Acadêmico da Faculdade de Engenharia da Universidade Gama Filho e hoje candidato a deputado estadual pelo PT.

Da Sucursal



Beto: "Além de votos, queremos a nucleação dos estudantes".

Nossa campanha nasce de dentro do movimento estudantil e se localiza na tática de lançar o maior número possível de candidatos para fortalecer o partido.

— Dentro disso que você falou, como entende a sua candidatura?

Beto — Minha candidatura se localiza na tática de lançar o maior número possível de candidatos para fortalecer o PT a nível eleitoral e político. Por exemplo, lá na Gama Filho, uma universidade com cerca de 25 mil alunos, eu tive um papel destacado na luta dos

estudantes contra o aumento das mensalidades e contra a repressão. Então, nestas eleições o PT não aparece como algo vindo de fora, mas sim de uma parcela de estudantes que participam do cotidiano da vida universitária e de suas lutas. A campanha nasce de dentro, com uma candidatura própria. Desse jeito fica claro pra todo mundo o compromisso do PT com as lutas sociais. Pelo lado eleitoral o partido sai ganhando porque o principal é a soma dos votos no partido, e politicamente se fortalece pois é claro que o saldo que se deixa da campanha não é só a popularização do partido, mas sim estudantes organizados em núcleos comprometidos com a continuidade das lutas.

— Quais as questões centrais que você levantará na sua campanha?

Beto — Numa perspectiva de campanha unitária, entendo que a mensagem política do candidato deve ser discutida no Comitê. Evidentemente que cada candidatura traz uma experiência acumulada e isso é o que dá o colorido especial do PT. Neste sentido a minha participação no movimento estudantil deve contribuir para a crítica à Universidade e no esforço para se apresentar uma proposta alternativa, que passa pela readequação curricular e pela democratização das instâncias de decisão. Ou seja, a participação igualitária de professores, estudantes e funcionários. É claro que este projeto alternativo caminha lado a lado com a luta dos trabalhadores pela superação da sociedade capitalista. No campo da organização dos estudantes, o fortalecimento de suas entidades como órgãos unitários e a necessidade de diretorias comprometidas com o desenvolvimento das lutas, com a democracia no movimento, com o apartidarismo das entidades e que não conciliem com a ditadura militar e nem com seus representantes e aliados dentro da universidade. Neste sentido, urge construir-se um polo alternativo à atual diretoria da UNE que em sua gestão, diante dos graves problemas enfrentados pelos estudantes, como por exemplo o aumento abusivo do preço dos bandejões, mais se preocupou em negociar com o governo e as reitorias do que cumprir o seu papel de organizar e mobilizar os estudantes para barrar estas iniciativas da ditadura para a implantação definitiva do ensino pago.

Participe do Comitê Eleitoral Unificado da Educação

R. Almirante Tamandaré, 66
SALA 312, fone 265-2741



HP, de vez em quando...

A natureza e a profundidade da crise por que vem passando o **Hora do Povo** ainda são algo obscuras. Os apoiadores do jornal estão relativamente sumidos do mapa, suas ruidosas e meteóricas aparições são cada vez mais escassas, frequentemente se tem notícias de novos apoiadores etc. O próprio jornal deixou de circular espalhafatosamente como de costume e hoje é até mesmo difícil encontrá-lo. Sua produção voltou ao berço de origem da Guanabara e, quando alardeava-se a passagem a diário, subitamente, tornou-se de vezem-quandário. A edição 130 de 11/5, (presunçosamente sob o lema "Órgão Oficial da América Latina"!!!) e que deveria circular

por uma semana, acabou girando mais de um mês, a 131 só aparecendo dia 14/6. Esta, por sua vez, ficou também mais de uma quinzena na praça.

Nas páginas, pouca novidade. Uma campanha promocional empurra, desajeitadamente, seu líder, o Diretor Presidente do Jornal, Cláudio Campos: a edição 131, por exemplo, injustificadamente estampa (2) duas matérias e com (2) duas fotos suas nas páginas 2 e 3.

No mais, é a continuidade da linha cada vez mais moderada que já vinha há mais tempo: louvas à extinção do DEOPS gaúcho, qualificada de ato cívico do governador a ser imitado por outros; insistência na nova bandeira de "Revisão da LSN" etc.

É neste compasso que aparece na última edição, no plano internacional, uma matéria sobre a Argentina sob o seguinte título: "Povo argentino reconstrói democracia — Operários, camponeses, funcionários e empresários unidos pela salvação nacional". Os funcionários, no caso, é nada menos que o novo eufemismo do **Hora do Povo** para designar os membros civis e militares do governo...

A Voz contra os "euro"

O **Voz da Unidade** desta semana traz um documento de

autoria da Comissão Executiva do Coletivo Estadual de Dirigentes Comunistas de São Paulo sobre o tema das eleições. O documento oficial, depois de caracterizar o PMDB como o principal instrumento atual de luta pela democracia, passa a avaliar o PT: "O PT poderá jogar relevante papel nas próximas eleições... Este papel ajudará pouco à causa da democracia se o PT persistir nos equívocos que vêm pautando sua atuação nos últimos tempos. Auto-proclamando-se único partido de oposição... com uma retórica simplista que didive a sociedade em explorados e exploradores (sic)... errando na análise... e identificando a luta contra o regime com a luta pelo socialismo" e por aí a fora segue o argumento, numa peça que faz tremer qualquer túmulo marxista.

Pior é a arrogância da conclusão: "apenas uma grande vitória democrática em São Paulo, encabeçada pelo PMDB... permitirá a viabilização política não só daqueles partidos (PTB, PDT e PT) como de outras agremiações, inclusive o PCB". Que a **Voz** subordine a legalização do PCB à vitória da burguesia liberal capitaneada por Montoro é uma ingenuidade que no entanto corre por sua conta e risco. No entanto, pretender rebaixar o PT a este condicional

não passa de mais um gesto de sua tradicional miopia política de força auxiliar da burguesia.

Noutro plano, esta edição da **Voz** traz mais uma novidade: duas páginas inteiras de transcrição de um longo artigo de **Pravda** condenando o PCI, Partido Comunista Italiano. A edição é hermética e secamente apresentada. Sob o título "Contrariando os interesses da paz e do socialismo" e com uma apresentação que diz apenas "O **Pravda** publicou no dia 24 de janeiro deste ano o artigo abaixo que reproduzimos na íntegra", o tijolo de duas páginas, sem nenhuma ilustração, inter-título ou olho, é mais uma das mensagens cifradas que vêm marcando a disputa entre as correntes "euro" e "soviéticas" dos comunistas apoiadores do jornal. E, ao que tudo indica (e este artigo confirma-o) os "euro" estão cada vez mais por baixo.

Por que a convergência quer a CUT já?

A **Convergência** festeja em capa a decisão da Comissão pró-CUT de realizar na data prevista a **CONCLAT**. E arremata, "Agora, a CUT". Mas, dentro do jornal, nenhuma linha sequer de discussão substantiva sobre o porque e como criar já uma CUT que não seja apenas um aparelho nas mãos de alguém (que,

seguramente, sequer teria a própria **Convergência**). E, no caso, como diz o vulgo, os extremos se tocam: apenas a **Convergência** (pelo sectarismo esquerdista) e o **Hora do Povo** (pelo reformismo direitista) são quem hoje defendem a criação a qualquer custo da CUT já.

No mais a **Convergência** continua dando farto espaço ao Alicerce, a corrente estudantil secundarista que o apóia. Festejos à parte, o aparelhismo sobressai aí também com muita clareza:

O fato de uma entidade estudantil ser confundida com sua diretoria sempre foi considerado um sintoma claro de sua burocratização e aparelhamento. Essa confusão normalmente ocorre quando sua diretoria, ao invés de abrir a entidade para todos os estudantes, a usa no sentido de fortalecer sua própria posição política.

Pois bem, a **Convergência**, em sua última edição, parece ter se esquecido dessas lições básicas ao colocar, em tom de orgulho, que havia, e há, uma identificação direta entre Alicerce e as entidades sindicais secundaristas. E mais, coloca explicitamente que grande parte dos estudantes presentes numa conferência de Alicerce foram lá sem conhecer a diferença entre essa corrente e suas entidades! Será que quem os convidou se "esqueceu" de contar?

Contra o eleitoralismo

As vésperas das convenções regionais para definição final das chapas petistas a direção nacional aprova uma resolução conclamando o partido a lançar o maior número possível de candidatos proporcionais.

A Comissão Política da Comissão Executiva Nacional, reunida em Brasília no dia 2 de junho, examinou a situação do Partido frente às eleições e chegou à conclusão de que o enorme potencial do PT, no sentido de atingirmos os objetivos traçados em nossa Carta Eleitoral, está sendo prejudicado pelo quadro que vem se estabelecendo em diversos estados, no processo de escolha de candidatos e na campanha eleitoral.

A primeira questão refere-se às listas de candidatos a deputado estadual e deputado federal aprovadas em recentes encontros e pré-convenções regionais. Em todos os estados, não vêm sendo preenchidas as vagas disponíveis para deputado, o que inegavelmente reduz o alcance da campanha eleitoral do Partido e limita o número de votos que a legenda poderá obter.

Sabemos, naturalmente, que um partido novo como o PT, que nasce e cresce a partir dos movimentos sociais, incorporando à atividade política milhares de trabalhadores que sempre foram marginalizados, tem enorme dificuldade para apresentar candidatos e preencher todas as vagas. Não desconhecemos as dificuldades que encontramos em todo o país para compor as chapas, pois nossos quadros são novos e se sentem, em muitos casos, inibidos para assumirem maiores responsabilidades.

As listas de candidatos do PT, porém, não são pequenas apenas por isso. O que constatamos é que muitas vezes tem prevalecido uma visão estreita e eleitoreira acerca do lançamento de candidatos, o que acaba por inibir candidaturas em potencial e limita seu número.

Visão estreita

A visão estreita caracteriza-se basicamente pelo excessivo rigor com que são examinadas as possíveis candidaturas, adotando-se critérios que nada tem a ver com nossa proposta de construir um amplo partido de massas. Companheiros profundamente identificados com os movimentos populares não são aceitos porque não têm uma militância no dia-a-dia dos núcleos de base. Outros são recusados sob a alegação de que, apesar de integrados à luta dos trabalhadores, pouco contribuíram para a construção do PT, e assim por diante.

Essas concepções errôneas, muitas vezes, são utilizadas com fins estritamente eleitoreiros, de pessoas ou grupos interessados em se eleger a qualquer preço e que colocam os interesses do PT abaixo de seus interesses pessoais. A pretexto de assegurar a "qualidade" dos candidatos, impedem-se candidaturas e dessa maneira fica mais fácil a própria eleição. Passa a vigorar, então, a política de quanto menos candidatos, melhor — melhor para alguns candidatos, não para o PT.

A manobra para limitar as candidaturas chega ao ponto de candidatos do Partido impedirem que regiões, municípios, distritos e zonas apresentem seus próprios candidatos. Regiões



importantes política e eleitoralmente não têm candidatos próprios a deputado, por exemplo, porque candidatos a deputado federal, de outras regiões querem garantir ali seus votos, fazendo "dobradinhas" com candidatos a deputado estadual.

Isso é muito ruim para o PT: não contribui para a organização e crescimento do Partido na região, não soma votos para a legenda e dissemina uma prática eleitoreira que condenamos.

A posição da Comissão Política é clara: os candidatos do PT devem ser companheiros identificados com os movimentos populares, com as aspirações dos trabalhadores. Temos de procurar preencher todas as vagas, temos de ter candidatos de cada região, ampliando o alcance de nossa campanha, organizando o Partido e somando votos para a legenda.

A unificação é necessária

Outra questão que merece atenção imediata é a da campanha dos candidatos a governador e senador. Em alguns estados, esses candidatos estão praticamente abandonados, não há preocupação de planejar e organizar uma campanha realmente unitária, pois os candidatos às eleições proporcionais estão cuidando de suas próprias campanhas. Como os candidatos às eleições majoritárias não têm chances de ser eleitos em quase todos os estados, são utilizados apenas como biombos para uma prática eleitoreira condenável.

Não basta colocar, na propaganda dos candidatos "proporcionais", os nomes dos "majoritários". É preciso que os candidatos a governador e senador sejam companheiros que realmente contribuam para a campanha de luta que o PT se propõe a fazer. É preciso que a campanha do Partido seja feita em torno dos "majoritários", pois são eles que polarizam a posição do Partido e centralizam a campanha de luta.

Esses problemas devem ser imediatamente atacados, para que as convenções municipais e regionais não oficializem os erros cometidos e os tornem irreparáveis.

A Comissão Política no espírito da Carta Eleitoral do PT e do documento "Sobre a escolha de candidatos", reitera que, juntamente com a Executiva, o Diretório Nacional e o Comitê Eleitoral Unificado Nacional, cumprirá seu papel de direção em todo o processo eleitoral, zelando para que os interesses do PT e dos trabalhadores estejam sempre acima dos interesses individuais e eleitoreiros de alguns.

O Movimento Operário, o Poder e o Parlamento Capitalismo e Democracia

Durante a maior parte da sua história, em todos os países, o capitalismo não permitiu a democracia formal. Não votavam as mulheres, nem as pessoas sem renda ou propriedade.

No último EM TEMPO falamos do Estado nos países capitalistas como um Estado dominado pela burguesia e a seu serviço. Há uma questão que merece ser abordada mais em detalhe: a relação entre o capitalismo e a democracia. Trata-se de um problema fundamental: os defensores desde modo de produção procuram apresentá-lo como sendo o único que permite o desenvolvimento da democracia, eleições livres, etc.

Já demos uma primeira resposta a esta questão: a democracia, entendida como a formação de governos a partir do sufrágio universal, em eleições com total liberdade de organização política, de apresentação de candidatos e de programas, é apenas uma democracia formal. Isto é, a burguesia tem na verdade enormes vantagens pelo seu peso econômico, enquanto os trabalhadores têm grandes dificuldades para organizar partidos políticos, fazer campanhas eleitorais, etc. Além disso, já mencionamos o papel decisivo da ideologia burguesa, para os trabalhadores aceitarem a exploração.

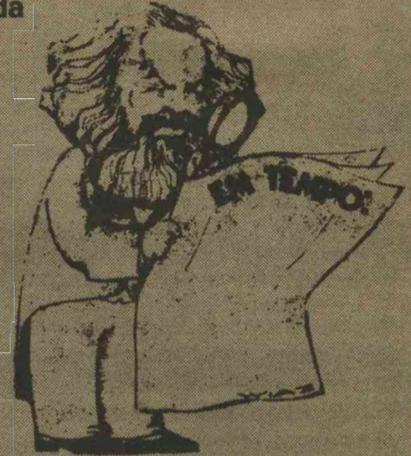
Mas esta resposta seria ainda insuficiente para explicar como uma minoria tão pequena como a burguesia tem podido, durante tanto tempo, manter a sua dominação, ganhar eleições, formar governos.

Na verdade, durante a maior parte da sua história, todos os países capitalistas, inclusive os que hoje parecem democracias burguesas estáveis, tiveram regimes não-democráticos. O direito de voto era limitado por vários critérios: renda pessoal, pagamento de impostos, escolaridade. Além disso, era negado às mulheres, e em alguns países eram discriminadas raças (por exemplo, negros nos EUA). Quando estas restrições começaram a ser abolidas, muitas vezes havia outros problemas, como Câmaras Altas (Senado, Casa dos Lordes) não definidas pelo voto popular.

Na verdade, o parlamentarismo burguês nasceu (na Inglaterra), como expressão do direito da burguesia de controlar as despesas públicas, que eram financiadas pelos impostos que ela pagava. Seu lema era: não aos impostos sem representação! Não foram o princípio da igualdade de direitos de todos os cidadãos, nem o princípio da liberdade política que guiaram a introdução do parlamento, mas a proteção das rendas e das propriedades.

O sufrágio universal, a liberdade partidária, foram arrancados por lutas populares. É interessante notar que todos os países capitalistas hoje democráticos tiveram pela primeira vez um regime deste tipo em datas bem recentes. A Inglaterra, em 1918 (e voto das mulheres só em 1928). França, em 1884 (a constituição de 1793, a primeira do mundo a incluir o sufrágio universal para os homens, não chegou a ser aplicada); o voto das mulheres, 1946. A Alemanha, em 1919. A Itália, em 1919, e voto das mulheres em 1946. No Japão, em 1952. Nos EUA, até a década de 1970 havia sérias restrições à participação dos negros, o que só foi modificado pelo movimento dos direitos civis. Na Suíça, só em 1971 as mulheres conquistaram o direito de voto!

Além disso, em vários destes países, depois destas datas houve períodos de ditaduras, e inclusive de regime fascista, quando qualquer traço de democracia foi



suprimido. A burguesia, incapaz de manter o controle do aparelho de Estado por meios democráticos, recorreu a estes regimes para conter a classe operária. Em outros períodos, houve direitos democráticos, mas com exclusão de partidos operários (socialistas ou comunistas).

Portanto, durante a maior parte de sua história, a pequena minoria que é a burguesia manteve a sua dominação restringindo os direitos democráticos, em maior ou menor escala. Em todo o mundo, a burguesia tenta fazer o que faz agora no Brasil: restringir a "abertura", o suficiente para alargar a base social dos seus regimes, mas de modo a garantir o mais possível a sua dominação.

De modo geral, só tem havido períodos mais longos de democracia burguesa desde as datas citadas, nos países imperialistas e em períodos de prosperidade econômica. Nestes casos, as instituições burguesas são antigas e fortes, sua situação de países imperialistas prósperos permite dar certas concessões à classe operária, e dá base para o desenvolvimento de sólidas burocracias operárias, que controlam os sindicatos ou partidos políticos reformistas. Estes aparelhos burocráticos têm um papel fundamental para garantir a estabilidade dos regimes, contendo as reivindicações do movimento operário, oferecendo saídas ilusórias (esperar pelas próximas eleições para mudar o sistema, para introduzir reformas dentro da ordem).

Outra coisa a ser acrescentada é que, em geral, esta ampliação da democracia parlamentar se deu ao mesmo tempo que o peso dos parlamentos diminuía, e que o centro de gravidade do Estado passava cada vez mais para o aparelho de Estado permanente, para os tecnocratas. Como já vimos, estes altos funcionários se ligam naturalmente à burguesia.

Além disso, o início da crise econômica tem acentuado as tendências a restringir direitos democráticos, a desenvolver "Estados fortes".

Finalmente, é preciso acentuar que nos países dependentes, os períodos da democracia burguesa são ainda mais limitados: a burguesia e suas instituições são mais fracas, a margem de concessões à classe operária é muito menor, a explosividade das crises é muito maior. O Exército é chamado com frequência para garantir a estabilidade e a "ordem".

No Brasil, por exemplo, além dos períodos de ditadura, só podemos falar de uma aproximação de uma democracia burguesa entre 1945 e 47, quando o Partido Comunista foi legal. Entre 47 e 64, a exclusão do PC era uma medida que restringia fortemente os direitos da classe operária.

Construir uma alternativa para a UNE

A política burocratizante e os erros da atual direção da UNE quase destruíram a entidade. Cabe ao bloco de oposição construir uma alternativa que a retire dessa situação.

A situação do movimento estudantil não é nada boa. É até meio repetitivo dizer que a UNE praticamente não existe nas escolas, que está distante do conjunto dos estudantes. Mas, repetitivo ou não, a política burocratizante das últimas diretorias da UNE somadas a série de derrotas que o movimento sofreu, acabou tornando a UNE incapaz de ser o porta-voz dos estudantes, incapaz de cumprir sua função que é a de unir todos os estudantes do Brasil e dar um rumo às suas lutas.

Essa situação não é exclusividade da UNE. A maioria das entidades estudantis se encontra assim, apesar dos esforços de algumas diretorias. E a primeira coisa que temos que fazer para mudar essa realidade é olhá-la de frente, procurando ver quais foram suas causas.

Neste primeiro semestre, o movimento sofreu várias derrotas sérias. O MEC, com a portaria sobre os restaurantes universitários, conseguiu dividir os estudantes em "carentes" e "não carentes", coisa que abre margem para introduzir a cobrança de anuidades "dos que podem pagar", como um primeiro passo para a implantação do ensino pago. Nas escolas pagas, os aumentos de anuidades deixaram milhares de colegas sem condições de prosseguir seus estudos. O ataque direto à UNE, através da tentativa de expulsão de Javier teve uma resposta muito menor que a necessária por parte dos estudantes.

Os erros da atual diretoria...

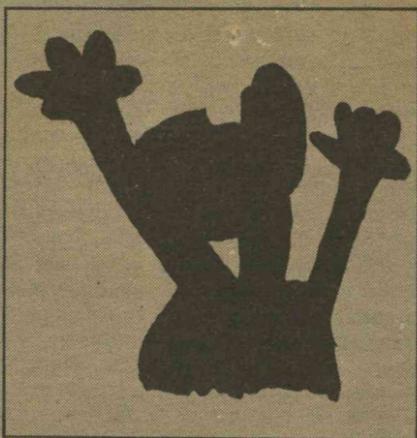
Na condução da UNE, sua diretoria incorreu em erros que pesaram consideravelmente nessas derrotas. No caso da portaria do MEC, sua orientação para que cada escola negociasse isoladamente com sua reitoria, buscando alargar os critérios de carência, acabou dividindo e dispersando o movimento, além de reduzir a luta à mera questão do preço e não contra a divisão dos estudantes em "carentes" e "não carentes", o que acabou resultando na implantação da portaria.

Nas escolas pagas, as coisas não ocorreram de forma diferente. Lá também o movimento se encontrou disperso e lutando isoladamente, o que impossibilitou qualquer chance de vitória.

No caso da tentativa de expulsão de Javier, a orientação dada pela diretoria da UNE não foi um caminho de denúncia ampla do que é a lei dos estrangeiros, de mostrar que o ataque a Javier é um ataque à UNE e faz parte do processo de implantação do ensino pago no país. Isso ocorreu porque a diretoria da UNE priorizou a busca de apoio entre personalidades da burguesia liberal e não no conjunto dos estudantes. Como resultado, a baixa participação nos atos públicos e atividades em defesa de Javier.

... a oposição...

Durante todos esses processos, vários estudantes independentes e tendências estudantis cuja referência básica (embora



não única) é o PT, que participam de diretórios das entidades como as UEEs, MG e RS e de vários DCEs em todo o país, apresentaram propostas alternativas as da diretoria da UNE, que se aprovadas poderiam ter evitado as derrotas.

Essa articulação, conhecida como bloco de oposição surgiu já, no Congresso de Cabo Frio, como resposta aos ataques desferidos contra a democracia do movimento que houve naquele Congresso.

Durante a luta contra a portaria do MEC sobre os restaurantes universitários esse bloco se coesionou, fruto da visão comum de que era necessário a UNE chamar a generalização e a unificação das várias greves já existentes numa greve nacional pelo fim dessa portaria.

Após a derrota dessas greves, o bloco comandou uma petição dirigida à diretoria da UNE, pedindo a convocação de um CONEB em 29 e 30 de maio para reorganizar a luta contra o ensino pago e preparar um Congresso da UNE antecipado que redirecionasse todo o movimento estudantil. Essa petição, com mais de trezentas assinaturas de DAs e CAs foi recusada pela diretoria da UNE com o argumento de que era... coisa de meia dúzia de divisionsitas!

... e suas tarefas

Se no início do ano esse bloco de oposição era bastante débil, com a vitória de chapas a ele ligadas em cerca de quatorze DCEs de todo o país, a situação mudou. E, se sua força aumentou de modo considerável, aumentou muito mais sua responsabilidade perante o movimento. É necessário que esse bloco construa uma direção para a UNE que reconquiste a confiança dos estudantes em sua entidade.

Para cumprir essas tarefas, é de fundamental importância que a unidade do bloco seja mantida. Essa unidade é fruto de todo um processo de lutas e não de conchavos de cúpulas. É fruto da imperiosa necessidade que o movimento tem de construir uma direção à altura da UNE. Por isso, tem que sobrepor a quaisquer interesses particulares das tendências que fazem parte do bloco. Só essa unidade pode garantir a construção de uma direção à altura para a entidade máxima dos estudantes brasileiros.

III Conselho Nacional das Entidades É HORA DE INICIAR REORGANIZAÇÃO DO MOVIMENTO

Este é o momento de iniciar o processo para retirar a UNE conduzida após os erros seguidos de suas diretorias, dos erros de democracia do movimento, de sua incapacidade para se implantar o ensino pago.

2. Unificar e dar rumo às lutas estudantis, buscando uma unificação com as entidades dos professores e desenvolvendo um processo de mobilização mais amplo em defesa do ensino público e gratuito.

3. Ampliar a atuação das entidades e do movimento como um todo no campo da cultura e das questões que afetam a juventude.

4. Reativar a participação política geral dos estudantes. A ligação com o movimento dos trabalhadores e a participação de forma decidida nas eleições de novembro são a maneira de romper o isolamento em que o movimento se encontra. Mais do que isso, é necessário encaminhar campanhas de esclarecimento e solidariedade a luta dos povos à nível internacional. Essas campanhas sempre tiveram um papel fundamental para o movimento estudantil e a situação atual, com as duras lutas travadas contra o imperialismo e a burocracia dos estados operários degenerados, é particularmente favorável ao desenvolvimento dessas campanhas.

Essas quatro questões de forma alguma garantem que haverá um novo ascenso para o movimento. Isto porque um ascenso não depende apenas da existência de uma política correta e uma direção à altura. Mas

darão as condições necessárias para que o movimento saia do impasse e caminhe para esse ascenso.

As propostas para o Congresso

Para o congresso da UNE, essa visão geral pode ser concretizada nas seguintes propostas:

1. Realizar uma campanha por Educação, Trabalho e Liberdade. Educação no sentido de colocar na ordem do dia o ensino público e gratuito e as contradições entre o estudante e a Universidade nas questões de democracia interna, conteúdo dos cursos e falta de condições materiais de estudo. Trabalho no sentido de questionar o desemprego e o emprego inadequado, gerado pelas contradições entre a Universidade e o mercado de trabalho.



O próximo Congresso da UNE terá uma tarefa fundamental: realizar uma profunda discussão sobre o movimento, buscando avaliar as causas da atual situação de crise que este enfrenta, elaborando uma política capaz de tirá-lo dessa crise e construindo uma direção à altura do esforço necessário para colocar essa política em prática.

No sentido de contribuir para este processo, que deve começar desde já, é que são apresentadas as posições a seguir. Evidentemente que não se trata de algo fechado, mas sim aberto ao debate, condição necessária para o aprofundamento de uma política correta para o movimento estudantil.

A superação da crise

De um modo geral, o caminho para o movimento estudantil sair da crise passa por quatro pontos interligados.

1. Construir uma direção que seja necessária ao lado das lutas dos trabalhadores para defender de forma consequente os interesses dos estudantes. Uma direção que respeite a democracia do movimento, que não instrumentalize as entidades com interesses particularistas. Combinadamente com isso, reestruturar as entidades, torná-las novamente porta-vozes do conjunto dos estudantes, fazer com que elas voltem a ser abertas a todos e com influência junto a outros setores da sociedade.

As tarefas do CONEB

Combater os aumentos nas escolas pagas, a portaria do MEC sobre os restaurantes universitários e garantir um Congresso democrático da UNE são as tarefas centrais para o III CONEB.

No sentido de iniciar a reversão da atual crise do movimento estudantil, esse CONEB tem duas tarefas centrais a cumprir. A primeira é armar os estudantes com uma pauta de reivindicações que os permita combater os aumentos de anuidades nas escolas pagas e a consolidação da portaria do MEC sobre os restaurantes universitários na forma dos reajustes semestrais dos preços das refeições.

Além disso, é extremamente importante que se garanta a preparação pela base e democraticamente de um Congresso da UNE em setembro que sirva para unificar as lutas que ocorram e redirecionar como um todo o movimento estudantil. Para isso, é importante que se aprove a constituição de uma comissão de entidades gerais que auxilie sua diretoria durante todo o período de preparação até

o credenciamento dos delegados, evitando os lamentáveis episódios ocorridos durante o último Congresso de Cabo Frio.

A pauta de reivindicações

Escolas pagas:

- congelamento das anuidades
- nenhum aluno fora da escola
- subsídios com controle paritário da comunidade universitária
- federalização das escolas pagas

Escolas públicas:

- congelamento dos preços dos restaurantes universitários
- contra o reajuste semestral
- revogação da portaria do MEC para os restaurantes universitários

Barrar a

O processo Javier continua nas mãos do ministro Abi-Ackel que, com seu costumeiro cinismo e ambiguidade — próprios de quem é apenas um menino de recados da ditadura sem nenhum poder político — evita se pronunciar sobre o caso. Abi-Ackel terá duas opções: o arquivamento ou o envio do processo ao presidente da República, com uma exposição de motivos propondo a expulsão do presidente da UNE.

A expulsão de Javier seria, sem dúvida, um forte golpe na UNE e no movimento estudantil. Até hoje a ditadura nega-se a reconhecer a existência legal da entidade, convivendo com ela enquanto não criou condições para impor à UNE o silêncio e a paralisia. Por exemplo, o reitor da

l das Entidades de Base E INICIAR A ZACÃO DO MENTO

so para retirar a UNE do impasse a que foi
suas diretorias, dos constantes atentados à
incapacidade para se opor decididamente à
o do ensino pago.

dições necessárias para
mento saia do impasse e
a esse ascenso.

as para o Congresso
ngresso da UNE, essa
ode ser concretizada nas
postas:

uma campanha por
ão, Trabalho e Liberdade
no sentido de colocar
o dia o ensino público e
as contradições entre o
a Universidades nas
e democracia interna,
os cursos e falta de
ateriais de estudo. Tra-
ntido de questionar o
e o emprego inadequa-
elas contradições entre a
e o mercado de traba-

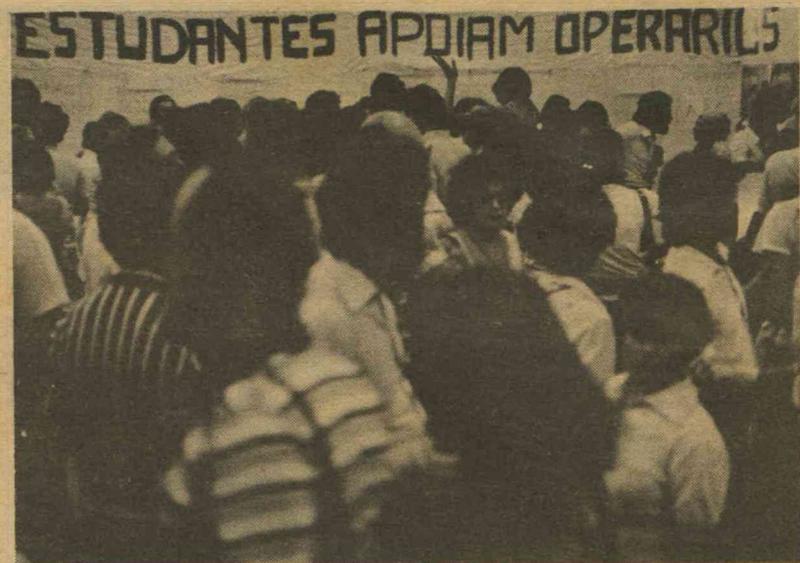
lho. **Liberdade** como forma de
colocar em questão o regime militar e
o Estado autoritário. Essa campanha
aproveitaria a situação pré-eleitoral,
visando uma decidida intervenção
estudantil.

**2. Construir um projeto de uni-
versidade que se contraponha
ao do MEC.** No sentido de se lutar
contra a imposição deste à comuni-
dade universitária como também no
de caminharmos em direção a uma
**nova universidade, autônoma, gratui-
ta e democrática.**

**3. Elaborar um plano de recupe-
ração das entidades que garan-
ta condições materiais e financeiras
de funcionamento, além de uma visão
política de suas instâncias, do papel
de sua imprensa, comissões de
trabalho e tudo o mais.**

**4. Participar das eleições parla-
mentares de novembro de**
modo a implementar um processo de
discussão que permita aos estudantes
distinguirem seus aliados na socie-
dade e tomando como referência para
o voto a necessidade de acabar com a
ditadura e os programas da CON-
CLAT e dos Congressos da UNE.

**5. Eleger no Congresso uma
diretoria de reorganização**
baseada num programa lançado com
antecedência para todo o Brasil que
inicie a reversão da situação atual do
movimento, garanta uma participa-
ção decidida dos estudantes no
processo das eleições parlamentares,
sem transformar a UNE em porta-
veoz deste ou daquele partido. Uma
diretoria que dirija as lutas contra o
ensino pago e que realize um amplo
processo de eleições em urna no
primeiro semestre de 1982 que dê as
condições necessárias para a UNE
voltar a ser o que era quando do seu
congresso de reconstrução.



Construir o PT pelas bases

**Quando as forças petistas, juntamente com outros
setores combativos se preparam para dar uma nova
direção para a UNE, a construção orgânica do
partido entre os estudantes é cada vez mais
urgente.**

O Partido dos Trabalhadores
está sendo, cada vez mais,
o referencial para todos
aqueles que se identificam com a
necessidade de uma nova direção
para o movimento estudantil. As
vitórias de chapas de oposição à
política da diretoria da UNE foram,
em boa parte, resultado desse fato.

Mas, nem tudo é euforia. Muito
embora o PT aglutine boa parte das
forças combativas do movimento
estudantil, agindo como um ele-
mento unificador, sua construção
enquanto partido anda muito
aquém das possibilidades do mo-
mento. Prova disso é que na
articulação dos setores que se
referenciam no PT, a tônica ainda
são as correntes e tendências que
dele se reivindicam e não o próprio
partido.

Um salto de qualidade

E essa situação está exigindo uma
mudança de qualidade, com a
superação da prática algo frentista
ainda existente. Isso ocorre pela
inexistência de uma vida orgânica
do PT, condição necessária para sua
construção e consolidação como
um verdadeiro partido, com prática
comum e unitária de seus militantes.

Para esse salto de qualidade
acontecer, é preciso se partir da
base, construindo, o mais rápido
possível, núcleos estudantis em
**todas as escolas secundaristas e
faculdades onde existam militantes
e simpatizantes do PT.** Aliás, a
política de nucleação é uma defini-
ção da convenção nacional do
partido, e deve ser uma das princi-
pais tarefas dos militantes petistas
em todas as categorias profissionais
e setores explorados da sociedade.

Além de uma ousada política de
nucleação, é necessário também a
realização de seminários inter-
núcleos, de encontros de estudantes

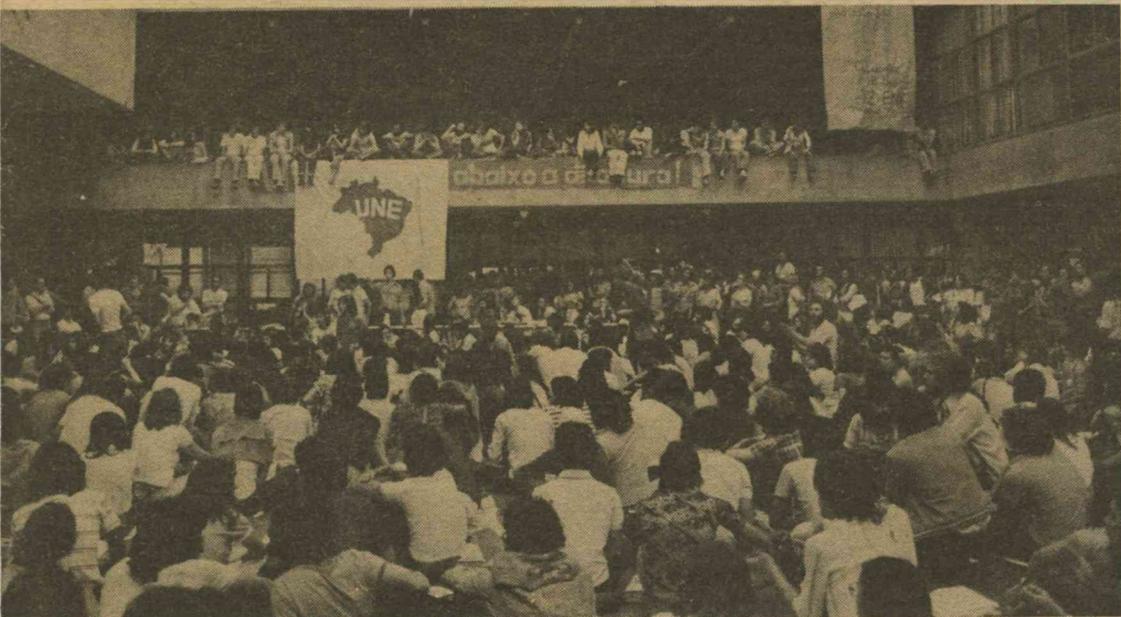
petistas (como o que ocorreu
recentemente em Porto Alegre, vide
ET n.º 153), bem como da constru-
ção de organismos que coordenem e
dirijam a vida desses núcleos. Só
assim podemos pensar num proces-
so de progressiva homogeneização
da prática dos estudantes petistas, o
que só acontecerá se for resultado
da imposição de uma vida partidá-
ria como necessidade cotidiana.

As dificuldades

No movimento estudantil essa
política encontrou e encontra sérios
obstáculos para se efetivar, seja
pelas indefinições que persistem no
partido quanto a sua estrutura,
perfil ideológico e papel diante dos
movimentos sociais, seja por velhos
ranços sectários e pela cristalização
das divergências entre as várias
posições que se assumem do PT.

Não se desconhece essas dificul-
dades colocadas para uma interven-
ção comum de todos os petistas no
movimento estudantil. No entanto,
aí está o **Jornal dos Trabalhadores**
que precisa circular entre os estu-
dantes. Aí estão as tarefas e
atividades pré-eleitorais. Aí está a
necessidade de se ir definindo, desde
logo, os elementos iniciais de um
programa educacional para o PT,
lado a lado com os professores
petistas e a comissão de educação
do partido.

E mesmo, onde já for possível, ir
trabalhando para o PT ir assumindo
posições claras nas grandes lutas
e eventos do movimento estudantil,
de acordo com o ritmo que for
adquirindo a vida orgânica em seu
interior, especialmente agora, quan-
do as forças petistas, junto com
outros setores combativos, terão o
papel fundamental na construção
de uma nova direção para o
movimento estudantil.



arrar a expulsão de Javier

Javier continua nas mãos
Abi-Ackel que, com seu
nismo e ambiguidade —
nem é apenas um menino de
adadura sem nenhum poder
ta se pronunciar sobre o
kel terá duas opções: o
ou o envio do processo ao
a República, com uma
e motivos propondo a
presidente da UNE.

de Javier seria, sem dúvida,
e na UNE e no movimento
é hoje a ditadura nega-se a
existência legal da entidade,
m ela enquanto não criou
a impor à UNE o silêncio e a
exemplo, o reitor da

UFMG negou a cessão de alojamentos da
universidade para a realização do
CONEB alegando exatamente a ilegalida-
de da UNE.

Não é a essa "ilegalidade" que o
governo recorre para tramar a expulsão
de Javier. Lança mão de um artifício — a
coincidência do fato de Javier não ter
nascido no Brasil — para através da
reacionária Lei dos Estrangeiros, buscar
justificação para um golpe na UNE, seu
grande alvo.

A UNE foi a primeira entidade
nacional reconstruída pelo movimento
popular e tem hoje um peso na conjuntura
que é inegável, sendo a referência política
maior para a juventude brasileira. Não é o
conjuntural enfraquecimento de suas

forças por conta das desastrosas direções
que vêm tendo que pode modificar este
quadro que passa pela organização de
centenas e centenas de centros e diretórios
acadêmicos em todo o país e pela tradição
de combatividade da entidade.

Além disso, a expulsão de Javier teria
como objetivo central o enfraquecimento
da UNE em um momento decisivo para a
implantação do ensino pago, projeto que
obteve uma vitória parcial com a
aprovação da portaria do MEC que
unifica e regula o aumento dos preços dos
restaurantes universitários.

É a essa realidade, são estes os
elementos que estão em jogo no processo
de expulsão de Javier.

CENTRAIS SINDICAIS: A

Como contribuição às discussões do II Conclat, EM TEMPO

Portugal

Da "unicidade" fascista à divisão "democrática"

Para o leitor brasileiro, um exame desta experiência, que aqui apenas resenhamos rapidamente, daria o que pensar, não só a partir das experiências da greve geral, seu sucesso e dificuldades, mas também dos problemas da divisão sindical, e da ausência de democracia interna nos organismos do movimento operário.

por Régis Moraes

O movimento sindical português tem atrás de sua história atual uma escassa experiência de organização sindical por fábrica e de comitês de luta por local de trabalho.

A estrutura sindical montada pelo fascismo, que cai em 25 de abril de 1974, se caracterizava pela divisão real combinada com o princípio da unicidade. Em outras palavras, cada profissão, numa base territorial teria um único sindicato. Mas, numa mesma fábrica, coexistiam, muitas vezes, mais de 10 sindicatos de profissão. Por isso, depois do 25 de abril, uma das grandes reivindicações do movimento operário era a constituição de sindicatos por ramo industrial.

Na estrutura sindical fascista, as direções eram eleitas, mas controladas pelo Ministério do Trabalho. A sindicalização era automática: uma vez empregado, o trabalhador cotizava e tinha direito a "votar". Contudo, a existência efetiva da ação sindical dessas entidades era mais esvaziada que os sindicatos brasileiros, por exemplo, os quais por sua vez não são, em geral, exemplo de dinamismo... Os sindicatos portugueses eram geralmente de âmbito distrital e não havia (era proibido) coordenação intersindical, mesmo dentro da mesma profissão.



Surge a Intersindical: 1970

Tendo como ponto de partida a coordenação de ações de solidariedade aos bancários em greve, em 1970, 11 direções sindicais se reúnem e praticamente dão nascimento à Intersindical, um organismo proibido e, nessa medida, clandestino. A Inter não estará muito ativa, nem muito organizada, em todo o período ditatorial. Pode-se dizer que duas principais correntes estavam nela, em 1970: por um lado os comunistas, com forte representação entre os bancários; por outro, os católicos mais combativos, base de movimentos de oposição sindical.

Estes últimos estavam concentrados, sobretudo, no setor têxtil, através da Ação Católica Operária. Também nesse setor tinham implantação militantes que depois se integrariam num partido de esquerda, o Movimento de Esquerda Socialista (MES).

De qualquer modo, a vida da Intersindical, antes do 25 de abril era extremamente flutuante. Em particular, ela passa a segundo plano diante das campanhas eleitorais, como as de 1973, em que a oposição política se empenha fundamentalmente nas candidaturas do Movimento Democrático Português, hegemônico pelo PCP.

O 25 de abril

A revolução dos cravos, puxada pelos "capitães" tem, no movimento sindical, profundas implicações. Os trabalhadores, e sobretudo o PC, tomam a iniciativa de ocupar os sindicatos, afastar os burocratas e nomear, muitas vezes sem nenhum critério claro, "comissões administrativas". A partir desse momento, e de forma crescente, a Intersindical se transformará em referência para o movimento dos trabalhadores.

A legislação trabalhista passa por diversas transformações. Entre elas, o reconhecimento de comissões de trabalhadores (CT) por empresa, inclusive com certos direitos de controle operário (controle de estoques, da contabilidade, etc.), eleitas em voto secreto, com composição proporcional aos votos obtidos por cada chapa. Essas CT, embora representassem uma conquista a nível de poder na fábrica, dificilmente conseguiram se expressar no conjunto do movimento operário e da sociedade em geral, coisa que, em regra, era feita pela Intersindical. Entre 1974 e 1975, chegaram a se constituir coordenações de comissões, a nível de distrito, com certa força, em Lisboa, Setúbal, etc. Em alguns casos, elas constituiriam parte importante dos "Conselhos Populares", juntamente com comissões de moradores, comitês de soldados, etc. As tentativas de realizar um congresso nacional das CT não se concretizaram.

A Intersindical passa a constituir, paulatinamente, uma central — a Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical Nacional — CGTP-IN. No Congresso de 1975, ela vem a se caracterizar como um organismo de frente única onde as várias correntes do movimento operário se expressavam. Entre 1975-76, porém, em resposta a contínuas manobras do PC, no sentido de atrelá-la a seu aparelho, por via da quebra

de democracia interna, vários sindicalistas assinam a chamada "Carta Aberta", proposta de democratização da entidade.

A Carta Aberta "evolui" em dois sentidos. Por um lado, aqueles que reconhecem a CGTP e lutam pela sua democratização; por outro, os social-democratas e sindicalistas de direita que, no congresso de 1979, se recusam a participar e saem abertamente da CGTP, criando a União Geral dos Trabalhadores, UGT, braço sindical do PS e da direita (a direção é rigorosamente compartilhada, meio a meio). Aliás, o PS e a UGT, sem nenhuma tradição no movimento operário português, puderam se beneficiar, como ocorreu com a UGT espanhola (embora esta tivesse uma implantação histórica, ao contrário da portuguesa), de empréstimos generosos dos bancos sindicais alemães, através da Fundação Ebert, social-democrata.



Situação atual

No momento presente, existem, portanto, duas centrais, a CGTP e a UGT. E há sindicatos que não se filiam a nenhuma central. A CGTP, inegavelmente mais forte na classe operária, organiza-se por federações de ramo (14 ao todo: têxtil, metalúrgico, construção naval, indústria alimentícia, etc), com respectivas organizações distritais e seções sindicais por fábrica. Seu secretariado (12 membros) é fundamentalmente composto por militantes do PCP. Os quatro que não se alinham ao PCP são, por assim dizer, uma ala socialista da CGTP: Manuel Lopes (ex-MES, hoje mais próximo do PC), Kalidás Barreto (socialista de esquerda, próximo da corrente representada pela CFDT francesa), Trindade e Calhau (próximos da Base-Fut, frente política originada do catolicismo de esquerda e que encontraria similar na União Sindical Operária espanhola, na CFDT francesa e na ala católica de esquerda da oposição sindical

brasileira). Esses representantes extra-PC tem também um importante papel nas relações externas da CGTP, no sentido de conseguir seu reconhecimento pela CES (intersindical europeia ainda em fase de consolidação).

Dentro da CGTP, mas sem representação no secretariado, existe ainda uma corrente minoritária de oposição sindical (cerca de 30 sindicatos, num total de mais de 240) que se agrupa em cima de ocasiões, como a luta pela democracia interna na confederação e na exigência de um plano de lutas que recupere a experiência das greves gerais. A corrente minoritária, fundamentalmente composta por militantes da UDP (partido da chamada esquerda "albanesa" — uma espécie de PCdB português), do Partido Socialista Revolucionário (PSR-ligado à Quarta Internacional-trotskistas do Secretariado Unificado) e de uma série de independentes, estão em grande parte agrupados num centro sindical de estudos, o "Centro O Trabalho".

A greve geral — problemas da divisão sindical

No dia 12 de fevereiro a CGTP, comandou a primeira greve geral efetivamente levada a cabo, em toda a história operária de Portugal. Cerca de 10 sindicatos da minoria propuseram, mais 10 apoiaram, um plenário de 231 (15 de janeiro) aprovou. No pique de várias greves por categoria, num quadro de 400 mil desempregados e de ofensivas burguesas visando retirar várias conquistas operárias de 25 de abril (pacote trabalhista, lei de dispensas, etc), a greve geral atingiu cerca de 1,5 milhões de trabalhadores, sobre um total de 3,5 milhões da população economicamente ativa.

Os dias que antecederam a greve foram marcados por uma efervescência política singular. O lema da jornada de luta era — "Por uma nova política econômica — a AD (Aliança Democrática — coligação de direita) fora do governo". A batalha publicitária foi acirrada. A rádio-televisão, controlada pelo governo, deu à luta uma conotação eminentemente insurrecional, ajudados pela propaganda anticomunista do PS de Mário Soares e da UGT. Nas ruas de Lisboa, as lapelas estavam marcadas por colantes com os dizeres: "greve geral, conte comigo", de um lado, e "Trabalho, sou livre!", por outro. Dias antes, uma bomba explode na casa do secretário geral da UGT, Torres Couto. No dia da greve, corpos organizados de provocadores de direita iniciam tumultos no Rossio, centro da Capital, visando atrair a polícia. O governo

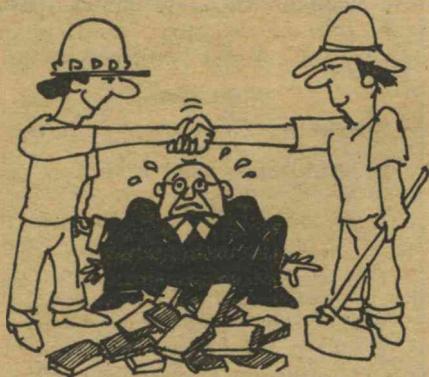
EXPERIÊNCIA INTERNACIONAL

analisa as experiências sindicais em Portugal e na Bolívia.

anuncia a descoberta de "um terrível plano guerrilheiro" tão grotesco que nem mesmo a direita leva a sério.

A paralisação, avaliada por um plenário de quase 200 sindicatos (21 não filiados à CGTP) e por uma entrevista coletiva do secretariado da Central a que assistimos, teve diversos desdobramentos, alguns dos quais foram retomados na segunda greve geral (11/5): reforçou as lutas localizadas anteriores, estilizando a política de tetos salariais; clarificou as correntes políticas dentro do movimento operário e na sociedade portuguesa em geral; fez crescer o número de sindicalizados, moderando uma preocupante tendência à dessindicalização; instabilizou a UGT, com saída de ativistas e, segundo a CGTP, futuramente, sindicatos inteiros controlados pelos social-democratas, queimados pela sua adesão à propaganda anticomunista.

A greve, contudo, paralisou fundamentalmente os setores industriais (cinturões de Lisboa, Porto, Setúbal, polos de Marinha Grande, Braga, etc) e a zona da reforma agrária (trabalhadores assalariados do campo), deixando de atingir importantes setores dos serviços, bancos, comércio, etc, o que enfraqueceu o impacto público, a imagem da greve. Na segunda greve geral, a 11/5, além de transformações quantitativas, houve também alterações qualitativas. Entre elas, fruto da compreensão de que era insuficiente a orientação de "ficar em casa", avançam-se algumas formas ativas, como piquetes-monstro (2 a 3 mil trabalhadores) se manifestando nos grandes centros.



Contudo, alguns sindicalistas da CGTP viam com preocupação os danos que a divisão sindical estava fazendo na articulação da luta e na própria organização dos trabalhadores, muitas vezes desiludidos e confusos diante da batalha sectária em que o PC e o PS se metiam. Um fato folclórico dessa peleja: Mario Soares declara que o PC é um agente de Moscou interessado em instabilizar a península ibérica; a embaixada soviética (e não o PC...) responde que Soares é um doente mental e que "necessita longo e conhecido tratamento". Ambos oferecem à direita amplo material para a "guerra fria" que ressuscita a imagem dos campos de concentração, dos hospitais psiquiátricos para dissidentes, etc.

A UGT adere à tese dos "comunistas comem crianças". O PC acusa a UGT de agente da CIA... Desnecessário dizer que "unidade na ação", nesse contexto, significaria, quase infalivelmente, esmagamento dos oponentes e abolição da democracia interna, da expressão das minorias, do direito de tendência e tudo o mais.

Bolívia

Central sindical debaixo da ditadura

A Central Operária Boliviana que mais uma vez se reorganiza na clandestinidade, entidade única dos trabalhadores bolivianos, congrega e é reconhecida por todo o movimento sindical e popular daquele país.

Por Elvira de Oliveira

Na conturbada Bolívia, de centenas de golpes militares e sob violenta repressão, os trabalhadores vêm se organizando a duras penas. Há mais de três décadas, nos anos 50, efetivaram sua mais importante conquista, a construção de sua central sindical: a Confederação Operária Boliviana — COB —, numa seqüência de muitas lutas e mortes. Tendo por suporte a Federação Mineira Boliviana, que congrega a vanguarda do proletariado da Bolívia, a COB esteve neste últimos 30 anos a frente de todos os movimentos do povo, naquele país. E não tem pago um preço barato. São anos e anos de clandestinidade, perseguição às lideranças mais expressivas e extermínio puro e simples de sindicalistas. Mas a classe operária boliviana e sua central sindical têm sabido ser como a fênix. Renascem das próprias cinzas. A 9 de abril de 1952, por exemplo, "os operários derrubaram a junta militar e milícias populares armadas foram organizadas para substituí-las". A COB converteu-se no centro de poder fundamental. As três principais conquistas foram: nacionalização das minas, reforma agrária e sufrágio universal.

Seu sistema de organização e estrutura de funcionamento são especiais, originais se comparados com os de outras centrais sindicais pelo mundo, isto porque, além de ser o órgão máximo de representação dos trabalhadores bolivianos, definiu-se como uma entidade fundamentalmente política. Sua feição é "conseqüência de suas características de sindicalismo revolucionário: junto às funções reivindicatórias, tem predominantemente funções políticas e de poder". A COB se coloca e é reconhecida como a máxima e única organização representativa do proletariado, do campesinato, da classe média das cidades e outros setores oprimidos. Através de suas Federações, todos os trabalhadores, estudantes e intelectuais — o movimento popular, enfim, — que lutam pela transformação social da Bolívia têm seu lugar. E essa representação é



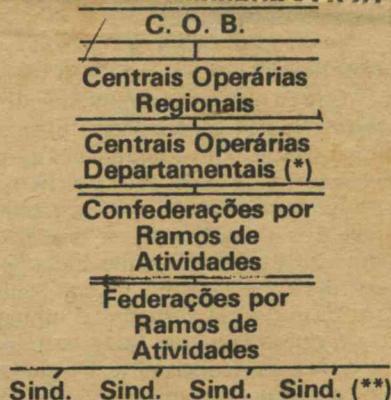
proporcional, não só ao número, mas a tradição de luta da categoria, seu empenho na luta contra o regime. Isso assegura uma maioria sempre tranquila para os trabalhadores mineiros.

Hegemonia mineira

O movimento operário e sindical boliviano tem como princípio a Unidade Sindical em torno da COB. Existe apenas um só sindicato por empresa e uma única Federação ou Confederação Nacional por ramo de atividade. Acima delas se colocam as Centrais Operárias Departamentais e Regionais.

Sintetizando esta verticalização sindical, a COB se estrutura através do Congresso Nacional, que se reúne ordinariamente a cada 2 anos e é o órgão máximo da decisão. Abaixo dele vem o Ampliado Nacional, subordinado ao Congresso e que se reúne a cada mês e subordinado a este o Comitê Executivo Nacional, que se reúne ordinariamente a cada semana e se compõe de uma Secretaria Executiva e mais 32 secretarias, tais como, secretaria de finanças, de relações internacionais, de defesa armada, de segurança industrial,

Organograma da Central Operária Boliviana - COB



(*) Centrais Operárias Departamentais que no Brasil corresponderiam a organizações por Estado ou Intersindicais estaduais;
(**) Os Sindicatos são por empresa.

Encontro dos sindicalistas do PT/RS

Avançar a construção das intersindicais

Os sindicalistas do PT gaúcho se reuniram neste último final de semana para discutir as propostas do partido para o Enclat e Conclat que se aproximam. Miguel Rosseto, coordenador da comissão sindical do PT e candidato a deputado estadual pelo Vale dos Sinos, fala sobre os resultados do encontro.

— Quais foram as deliberações do encontro dos sindicalistas do PT-RS relativas a atuação do partido do movimento sindical?

Miguel — A importância desse Encontro de sindicalistas petistas, apesar de uma certa precariedade de sua preparação, se deve ao fato de se ter referendado as linhas gerais do Partido, bem como a necessidade da definição de propostas e de uma intervenção unificada no movimento sindical. Isso passa pela garantia da mais ampla democracia interna e pelo fortalecimento dos núcleos por categoria.

— O encontro definiu as propostas para o ENCLAT gaúcho que será realizado nos dias 16, 17 e 18 desse mês?

Miguel — Nos pontos de nossa pauta que tocavam em propostas para o Enclat definimos o seguinte: em relação a Conclat reafirmamos a sua realização dias 27, 28 e 29 de agosto. Por mais argumentações que surjam, que o fundamental para os trabalhadores no momento são as eleições, nós como partido, devemos dar o exemplo que isso não é contraditório com a sua organização de fato. Sobre a CUT entendemos que a sua fundação seria prematura. Um organismo unificador dos trabalhadores de todas as categorias deveria ser fruto de uma ampla discussão em toda a sociedade, e principalmente pela realização de experiências de lutas unificadas pelos trabalhadores, como, por exemplo, campanhas salariais unificadas, lutas contra os aumentos dos preços, etc.

Definiu-se, também a necessária reformulação da Pró-CUT visto o seu funcionamento precário e tímido, para que passe a coordenar efetivamente o sindicalismo brasileiro.

Em especial para o Rio Grande do Sul,

vimos que o Enclat deve eleger uma Comissão Intersindical que coordene as lutas dos trabalhadores. A inexistência, até o momento, de uma instância legítima de coordenação do movimento sindical tem prejudicado em muito as lutas no Estado.

Definiu-se que esse organismo coordenador deve ter uma executiva de 11 membros e um Conselho Deliberativo com no mínimo 30 entidades, eleitos na Enclat, porém, abertos a participação e com direito a voto a qualquer entidade que se fizer presente. A delegação para a participação neste Conselho, dar-se-á através de representantes eleitos em Assembléias das entidades, dessa forma abrindo-se a possibilidade de participação não só de dirigentes mas, também, de companheiros de base. Além disso, vimos a necessidade de criar Intersindicais por regiões e elaborar um plano de lutas para o conjunto do movimento dos trabalhadores do campo e da cidade no Rio Grande

(Benjamin Heimberg Filho)

CONCLAT 82 na reta de chegada

Numa semana decisiva para o movimento sindical brasileiro, aceleram-se os preparativos para a realização do Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras (CONCLAT), em 27, 28 e 29 de agosto de 1982. Dificuldades e divergências deverão ainda existir. Mas as cartas estão na mesa e é preciso agora viabilizar o Congresso.

por Regis Moraes

O Conclat/82 será realizado nos dias 27, 28 e 29 de agosto. Essa foi a decisão da Comissão Nacional Pró-CUT, em reunião realizada em Brasília, a 5 de julho. No dia 12, porém, em reunião da Executiva, visando discutir os encaminhamentos práticos do encontro, alegando dificuldades e pressões de várias entidades, que inclusive se negavam a ceder seus locais, nas colônias de férias de sindicatos, no balneário de Praia Grande, São Paulo, a executiva decidiu pôr o assunto em discussão novamente, em um autêntico zigue-zague, numa próxima reunião do pleno da pró-CUT, a ser realizada no próximo dia 17, em Brasília.

Por via das dúvidas, a Executiva já encaminhou algumas medidas. Em primeiro lugar, a garantia de locais alternativos. Entre eles, São Bernardo do Campo, onde os sindicalistas metalúrgicos já puseram sua entidade à disposição e buscam, agora, conseguir do prefeito a concessão de locais como o antigo Estúdio da Vera Cruz, local amplo e próprio para plenárias. Implementou-se, também, um plano financeiro que viabilize a realização do encontro, estimado em Cr\$ 10 milhões. O plano está baseado numa auto-sustentação do movimento sindical. Todas as entidades deverão contribuir com as seguintes cotas:

LULA:

"Não cabe a mim ou a outro dirigente resolver o adiamento; resolução da 1ª Conclat"

No dia 12 de julho, após a reunião da executiva da pró-CUT, Lula declarava:

"Cabe a nós dar encaminhamento ao resolvido pela conferência. É essa a nossa função. Creio que a Conclat, por si mesma, é um ato político de profundo significado, representando a voz dos trabalhadores, diante da situação a que foram submetidos pelos patrões e pelo governo. Os companheiros da pró-CUT deverão se submeter e quero crer que farão isso — às decisões da Conclat/81. Perguntame o que aconteceria se um sindicato, como o dos metalúrgicos de S. Paulo, não participasse, se isso não iria demonstrar uma divisão dentro do movimento sindical. Não creio. Além do mais, a diretoria dessas entidades deverá convocar assembleias de suas categorias para decidir isso. E nós devemos respeitar a posição de uma categoria que decide não participar. Quanto à divisão ideológica, não é o Conclat que determina isso. Ela existe. Existem diferentes maneiras dos trabalhadores encararem as questões ideológicas e partidárias. Mas isso não impede que realizemos nosso trabalho sindical, nossas assembleias, campanhas, encontros que visem a união dos trabalhadores na sua luta sindical?"

- categorias até 10 mil na base .. Cr\$ 2 mil
- categorias c/ 10 mil a 50 mil na base Cr\$ 5 mil
- categorias c/ mais de 50 mil na base e federações Cr\$ 10 mil
- confederações Cr\$ 20 mil

O temário será mantido, conforme o que já publicamos anteriormente (ET nº 147). Ver abaixo os critérios de participação das entidades sindicais e dos funcionários públicos.

Tudo "em princípio", ou seja: sujeito a chuvas e trovoadas

Contudo, embora "em princípio" como declarava Jorge Bitar (Sind. Engenheiros do R. Janeiro), isso esteja resolvido, a reunião de 17/7 ameaça continuar a novela do adiamento, em que estão empenhados os que foram voto

vencido. Embora Arnaldo Gonçalves (metalúrgicos de Santos) e Ivan Pinheiro (bancários do R. Janeiro) já tenham declarado publicamente sua submissão às decisões da maioria, há várias entidades que, além de ameaçar com a negativa dos locais, continuam articulando uma tentativa de sabotar o Conclat. Em particular, José Francisco, presidente da CONTAG, procurará convencer o conselho de representantes de sua entidade a assumir, decididamente, o adiamento, o que pode constituir uma não participação na Conclat.

Por outro lado, os Enclats já realizados se posicionaram, massivamente, pela realização do encontro. Os que ainda estão por realizar, muito provavelmente, adotarão a mesma posição, sobretudo os importantes estados de Minas Gerais, R.G. do Sul e S. Paulo. Neste

último estado, a Comissão Sindical Única, intersindical estadual, se posicionou, 27 votos a 3, pela realização do Conclat na data prevista. Agora resta ver diante de quais opiniões a CNPC é responsável: diante da conferência de 1981 (5 mil delegados), diante dos Enclats, diante de sua própria decisão (Brasília, 5 de julho) ou diante das pressões daqueles sindicalistas que ameaçam boicotar o conclave.

Críticos de participação das entidades sindicais

ENTIDADES ESTADUAIS Nº DE FILIADOS	DELEGADOS DE DIRETORIA	DELEGADOS ELEITOS	TOTAL DE DELEGADOS
Até 2.000	1	1	2
De 2.001 a 10.000	1	2	3
De 10.001 a 30.000	1	6	7
De 30.001 a 100.000	1	10	11
De 100.001 a 200.000	1	14	15
Mais de 200.001	1	18	19

Critério de participação para funcionários públicos

TRABALHADORES POR CATEGORIA	DELEGADOS DE DIRETORIA	DELEGADOS ELEITOS	TOTAL DE DELEGADOS
Até 2.000	2	1	3
De 2.001 a 10.000	3	2	5
De 10.001 a 30.000	4	6	10
De 30.001 a 100.000	5	10	15
De 100.001 a 200.000	6	14	20
Mais de 200.001	7	18	25

Uma decisão histórica

No momento em que se debate o adiamento da CONCLAT, já dissemos o que isso significa, a nosso ver, para o movimento sindical (ver o ET nº 153). Ela pode vir a ser um golpe grave, numa conjuntura em que o regime e os patrões buscam impor modificações políticas e econômicas que aprofundem a exploração dos trabalhadores para resolver situações de crise. Essas modificações supõem, exatamente, a desunião e desarticulação do movimento dos trabalhadores, uma vez que a articulação é indispensável a uma resposta unificada, política e de classe, que supere e aprofunde as lutas localizadas e parciais que atestam, nos últimos meses, uma revitalização visível do movimento operário.

Lutar pela realização da Conclat é assim fundamental não apenas para uma corrente política, mas para o destino do movimento dos trabalhadores, que de outro modo se encontraria desarmado diante das investidas burguesas. Há urgência na reestruturação das intersindicais estaduais e nacional, que lhes dê eficiência para essa atuação.

Como já dissemos, é urgente implementar medidas de massificação e sustentação das intersindicais. Há muito tempo se espera a

edição de cartilhas da intersindical, acessíveis aos trabalhadores de todo o país, sobre o programa da Conclat, as alternativas dos trabalhadores, as formas de ação sindical, bem como a edição de um jornal da intersindical que veicule e amplie a solidariedade das categorias em luta. Abre-se campo para a unificação da safra de campanhas salariais importantes previstas para o segundo semestre deste ano, como a dos metalúrgicos de S. Paulo, Osasco, Guarulhos (SP), de Betim, B. Horizonte, Contagem e Vale do Aço (MG) e outras. Unificação que se deve dar por plataformas comuns, convocatórias comuns e assembleias conjuntas, recolhendo uma rica tradição do movimento operário.

Romper o isolamento

É urgente um plano de sindicalização massiva, com proposta (formulário) única, simplificada e ágil, para todas as categorias, que indique, explicitamente, a adesão ao sindicato e à intersindical, contribuindo para quebrar o corporativismo isolacionista e dar sustentação material e política às intersindicais.

Um movimento intersindical organizado é uma poderosa referência política para centenas de categorias que vacilam, pelo seu isolamento ou fraqueza numérica, diante da necessidade de enfrentar um patronato organizado e protegido por um estado ditatorial. Todo sindicalista que viveu essas lutas sabe o peso que tem essa solidariedade para desencadear e manter em luta mesmo setores mais atrasados e desorganizados da classe operária. Não é por outro motivo que pequenos sindicatos em luta vão à procura de sindicatos que possuem experiência, força e tradição, nos momentos difíceis. Essa é uma tradição que se conhece, por exemplo, entre os metalúrgicos da capital paulista e do ABC. Esquecer ou apagar essa tradição é um erro ou um crime. Esperamos que seja apenas um erro. E corrigível.

A votação de Brasília

Favoráveis à Realização:

- Jacó Bittar — Presidente do Sind. dos Petroleiros de Campinas (SP)
- Luis Inácio da Silva, Lula — ex-Diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo (SP)
- Edson Barbeiro Campos — Diretor do Sindicato dos Bancários de São Paulo
- Clara Ant — Diretora do Sindicato dos Arquitetos de São Paulo
- João Carlos Araújo (Negão) — Presidente do Sindicato dos Petroquímicos de Duque de Caxias (RJ)
- Roberto Chabo — Presidente do Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro
- Jorge Bittar — Presidente do Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro
- Olívio Dutra — ex-Presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre (RS)
- Antonio Pereira Santana — Presidente do Sindicato da Construção Civil de Curitiba (PR)
- Vítor Buaziz — Presidente do Sindicato dos Médicos do Espírito Santo
- Lázaro Bilac — Presidente do Sindicato dos Eletricitários da Bahia
- José Gomes Novaes — Trabalhador Rural de Vitória da Conquista (BA)
- Edvaldo Gomes — Presidente do Sindicato das Indústrias Urbanas de Pernambuco
- José Alves Siqueira — Tesoureiro do Sindicato dos Metalúrgicos de Recife (PE)
- Raimundo Guerreiro — Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Fortaleza (CE)
- Venize Nazare — Associação dos Professores do Pará
- Avelino Garzer — Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém (PA)
- Nelson de Assis Teles — Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Bela Vista (GO)

Abstenções:

- Guilherme Tell — Presidente do Sindicato dos Professores de Minas Gerais
- Tilden José Santiago — Presidente do Sindicato dos Jornalistas de Minas Gerais
- Antonio Moschen — Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Colatina (ES)
- Aluísio Carneiro — Secretário da Federação dos Trabalhadores Rurais da Bahia
- Armando Roemberg — Vice-presidente da Federação Nacional dos Jornalistas

Favoráveis ao Adiamento:

- Arnaldo Gonçalves — Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos
- Raimundo Rosa de Lima — Presidente do Sindicato dos Padeiros de São Paulo
- Roberto Horiguti — Presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais de São Paulo
- Eraldo Lirio — Presidente da Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro
- Ivan Martins — Diretor do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro
- Walter José Irber — Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Tenente Portela (RS)
- Ricardo Baldino de Souza — Presidente do Sindicato da Construção Civil de Porto Alegre (RS)
- Agostinho Bulowski — Presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais do Paraná
- Álvaro Diniz — Presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais da Paraíba
- Manoel Júlio de Santana — Presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais de Sergipe
- Horácio Paiva Oliveira — Presidente do Sindicato dos Bancários do Rio Grande do Norte
- José Francisco da Silva — Presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais do Rio Grande do Norte
- Edvaldo José da Silva — Presidente da Federação dos Trabalhadores Rurais de Mato Grosso
- José Francisco da Silva — Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

"Bailão na Lua Cheia"

Local: Três Figueiras Tennis Clube
Rua Carlos Huber, 547

Música ao vivo, com slides, brindes, brincadeiras

Às 23:00 horas do dia 6 de agosto

Promoção conjunta EM TEMPO e Comissão de Luta
contra o Polo petroquímico

LÍBANO

O fim das ilusões

Os crimes do governo israelense já ascendem a 30 mil mortos e 700 mil desabrigados. A OLP encontra-se só, abandonada pelos governos dos países árabes mas uma nova consciência anti-sionista está se gestando.

Por Jayme Brener

Desde a última edição, os fatos se precipitaram bastante na região. As cifras, já colossais, ascenderam a pavorosos trinta mil mortos, 700 mil desabrigados, enfim, metade da população libanesa sofrendo os efeitos diretos da invasão israelense. Begin e Ariel Sharon estão diretamente sustentados pelos EUA que, desgastados pela crise nas Malvinas e pela derrota iraquiana frente ao Irã, tentam recuperar o espaço perdido.

Os estados árabes, quase todos signatários da Carta de Fundação da OLP (Jerusalém, 1964) assistem passivos a este verdadeiro genocídio. Alguns, como a Arábia Saudita, se calam por suas estreitas ligações com Tio Sam. O Irã, potencial aliado do movimento palestino está bastante debilitado em função da guerra com o Iraque. A Síria, ainda, após uma violenta derrota em uma das maiores batalhas aéreas de todos os tempos, retira vergonhosamente as suas tropas, deixando os palestinos e libaneses progressistas à mercê do exército israelense e seus sequazes, os ultra-direitistas do Partido Falangista (e não "cristãos", como trombetaia a grande imprensa).

Acuada, a direção da OLP tenta, acertadamente, efetuar um recuo minimamente organizado, para evitar um banho de sangue em Beirute. Mas Begin e Sharon não aceitam e exigem, ante o benévolo olhar da URSS, a fragmentação do movimento palestino, sua divisão pelos diversos países árabes. Vale dizer que as classes dominantes destes, por sua vez, não desejam conservar em seu território uma massa palestina altamente organizada e consciente de seus direitos e possibilidades, que poderia constituir-se em um "mau exem-



Soldados israelenses agridem militante palestina

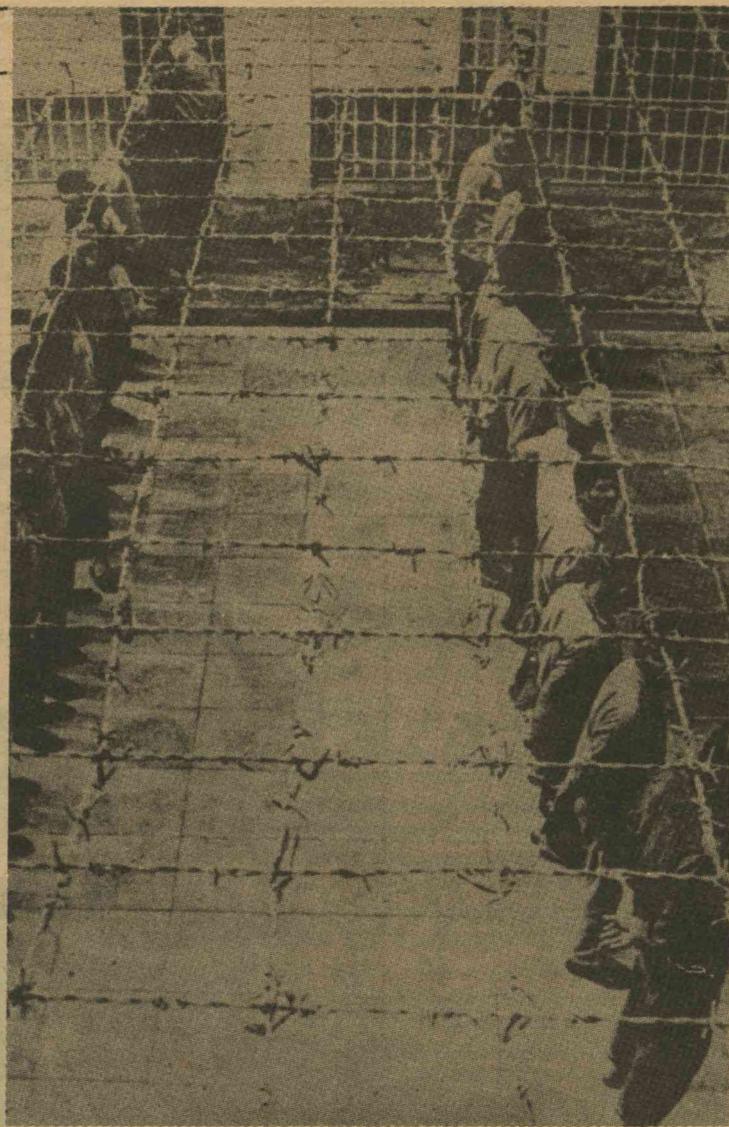
plo" para as populações exploradas de seus próprios países. No último fim de semana, inclusive, a Síria, que ao observador descurado poderia passar como um aliado sanguíneo da OLP, acrescentou mais um tento em seu placar de abandono do movimento palestino: recusou-se a receber em seu território os refugiados palestinos, admitindo asilar apenas a "liderança da OLP".

Nova consciência

Por outro lado, sucedem-se em todo o mundo, manifestações de protestos contra a barbárie no Líbano. Em Israel, recrudescem as manifestações do movimento popular nos territórios ocupados enquanto cem mil pessoas se manifestam pelo fim do morticínio. Setores expressivos da comunidade judaica em todo o mundo protestam, como é o caso de Nahum Goldmann, ex-presidente do Congresso Mundial Judaico. A lição a retirar é clara. Aos poucos, vai se rasgando o véu da "unidade nacional", árabe ou judaica. Os trabalhadores israelenses vão percebendo que o

mesmo exército israelense que massacra as populações palestinas e libanesa garante a sua exploração, dentro de Israel.

Por sua vez, a OLP, os trabalhadores palestinos, vão tendo uma visão cada vez mais clara sobre quem são seus aliados. Aqueles governos que ajudaram a criar a OLP hoje deixam a mercê do imperialismo, com medo de sua própria criatura. Pouco à pouco a poeira vai baixando e por sobre os escombros de Beirute, as ruas policiadas de Nablus e as prisões de Tel Aviv vai se formando uma nova consciência. A consciência de que uma solução definitiva para a região só poderá ser gestada pelos interessados em uma paz duradoura e justa. Os trabalhadores da região, árabes e judeus que, unidos em uma proposta comum poderão expulsar da região o imperialismo e seus asseclas, rumo a uma nova sociedade. Begin sabe que está jogando seus últimos cartuchos. Que, se o movimento palestino não for destruído, poderá, num futuro próximo, fazer o chão ruir sob seus pés.



Cárceres de prisioneiros de Israel

DEBATE

A natureza do sionismo

No dia 8 de julho, reuniram-se 75 pessoas na sede deste jornal, para discutir a situação das populações libanesa e palestina, submetidas à invasão do exército israelense. Participaram da mesa: Souheil Sayegh, pela Federação das Entidades Árabe-Palestinas; Francisco Carvalho, pela esquerda do movimento sionista e Jayme Brener, pela editoria internacional do EM TEMPO. Apresentamos a seguir uma breve síntese das posições centrais apresentadas, e nossa avaliação sobre o conjunto da discussão.

Souheil Saiegh: Denunciando o verdadeiro genocídio praticado por Israel no Líbano, o companheiro apresentou o projeto que a OLP reserva para a região: o combate ao sionismo como ideologia e prática política, e a criação de um estado leigo, democrático e igualitário na região.

Francisco Carvalho: Tentando ligar indissolavelmente os conceitos de judaísmo e sionismo, o companheiro apresentou um projeto de diálogo com a OLP, porém sem abrir mão da existência do estado de Israel.

Jayme Brener: Hipotecando total solidariedade às vítimas da agressão israeli, o companheiro expôs a necessidade da unidade das massas israelis e palestinas por sobre um projeto de um estado comum, binacional, em marcha para o socialismo, como única solução viável para o conflito.

Pudemos notar no debate uma enorme distância entre as palavras e a ação política. Enquanto o primeiro e o último companheiros fundamentavam suas colocações na necessidade de uma ação comum internacional para deter o massacre em marcha, o companheiro Francisco com uma retórica recheada de trechos de Marx, Trotsky e outros próceres do socialismo, em nenhum momento propugnou solidariedade àqueles que hoje sofrem o peso das

garras do imperialismo, pelos canhões de Israel. Sua oposição à guerra situava-se exclusivamente dentro do campo do trabalho israelense.

As concepções do companheiro (defendidas em sua essência em uma carta de Isaac Akcelrud dirigida à redação deste jornal) atacavam a guerra como um "excesso", "esquecendo" que, durante trinta anos, o Partido Trabalhista israelense, no poder, dirigiu a repressão ao movimento palestino, e que somente com o aval da direção do Partido Trabalhista é que Begin realizou a invasão ao Líbano e o assassinato em massa.

A validade de uma teoria e de uma prática políticas são constatadas à luz do dia a dia, e o sionismo, em qualquer de suas matizes, deixou claro que é incapaz de levar às últimas conseqüências a resolução dos problemas dos trabalhadores israelense e da questão nacional palestina. A defesa pelo companheiro sionista do socialismo restringia-se à defesa de um pretenso "sionismo proletário". Esquecia-se o companheiro que o combate socialista não é forjado exclusivamente nos livros mas na ação concreta de solidariedade às massas exploradas de todo o mundo e na luta pela sua organização para a derrubada da exploração capitalista e pela instauração da democracia socialista. Construir o socialismo é estar sempre e incondicionalmente ao lado daqueles que lutam contra a opressão. Ao companheiro Francisco restou a difícil tarefa de defender o sionismo, expurgando apenas a "sua parte podre". Os demais companheiros foram direto à raiz da planta, ou seja, ao caráter de gendarme dos EUA exercido pelo Estado de Israel.

Ao final do debate os companheiros Saiegh e Jayme exortaram todos os presentes a participarem dos Comitês de Apoio às Vítimas do Líbano.

SOLIDARIEDADE

Ao povo palestino e libanês

Em seguimento às atividades de solidariedade às populações massacradas no Líbano, o Comitê de Solidariedade às Vítimas está convocando toda a população para uma passeata no próximo dia 21, 4ª feira, às 10,30, que, iniciada no MASP, irá terminar com a entrega de um abaixo-assinado de protesto, no consulado dos EUA.

O jornal EM TEMPO, engajado nesta luta, conclama a todos os seus leitores, com destaque para os militantes petistas, a engrossar a solidariedade internacional.

Agora que a Argentina se converteu em uma nova Bolívia, o que acontece com a Bolívia? O golpe de julho de 1980 encabeçado pelo general Luis Garcia Meza foi o primeiro ensaio da ditadura argentina em operações de escala internacional. Os militares de Buenos Aires começavam assim a fugir para adiante, tentando manter no plano regional uma estabilidade que perdiam irremediavelmente sob os próprios pés. Fechado o ciclo com o desastre das Malvinas, o papel "estabilizador" da Argentina para as ditaduras do cone sul, converte-se em seu contrário. Isso é verdade para o Uruguai, o Chile e, sobretudo, para a Bolívia.

A perda do principal apoio internacional combina-se para os traficantes de La Paz com uma nova onda de mobilizações do movimento operário. Já em meados de fevereiro, o presidente Celso Torrelío fez um apelo "in extremis" ao governo argentino para obter 60 milhões de dólares. Galtieri, contrariando a opinião de seu próprio ministro da Economia, deu 30 milhões os quais, no entanto, não evitaram que um mês depois Torrelío fosse obrigado a aceitar as condições do Fundo Monetário Internacional para conseguir um crédito "stand by" por 220 milhões de dólares.

As medidas econômicas exigidas pelo FMI desataram uma série de manifestações que, em um rápido encadeamento, culminaram na última semana de março com uma greve geral de 48 horas. Desde a clandestinidade e apesar dos terríveis golpes sofridos nos últimos dois anos, a Central Operária Boliviana (COB), conseguiu organizar uma greve geral que paralisou o país, surpreendendo o governo e os partidos de oposição. No dia americano Edwin Corr achou conveniente aconselhar a Torrelío para que encaminhasse rapidamente "um diálogo construtivo entre o governo e os partidos políticos". Ao mesmo tempo, em Washington, Jaime Paz Zamora, chefe do MIR (e vice-presidente da chapa que com Hernan Siles Suazo ganhou as eleições em 1980), declarou que se não se encontrasse uma solução política, a Bolívia caminharia inexoravelmente para a violência.

A "abertura" boliviana

Depois de jogar a última esperança na aventura de Galtieri, Torrelío decidiu-se pela "abertura".

O plano de "abertura" — igual ao da Argentina — conta com o apoio do governo Reagan que pretende — como na Argentina — limpar as forças armadas dos chefes mais comprometidos com a corrupção. Os partidos políticos burgueses e reformistas — e aqui também é válido o paralelo com a Argentina — vão de fato ao socorro do regime, limitando-se a discutir a data e as condições de entrega do poder.

Todo apoio à revolução Nicaraguense

Há três anos da revolução, recrudescem as retaliações de exércitos mercenários ao povo da Nicarágua.

No dia 19 de julho às 19:30 no Teatro Ruth Escobar em São Paulo se realizará o ATO PELO III ANIVERSÁRIO DA REVOLUÇÃO NICARAGUENSE. EM TEMPO publicará na edição seguinte ao aniversário da revolução, uma cobertura das manifestações, direto de Manágua, e um balanço dos três anos de revolução.

BOLÍVIA

O elo mais fraco do Cone Sul

Com o enfraquecimento da ditadura argentina, o regime boliviano vê estremecido seu principal bastião de apoio internacional. A crise econômica aperta, a COB se organiza e a ditadura vê a sua já delicada estabilidade fugir a seus pés.

Por Marcelo Zugadi



O general Torrelío tinha um plano segundo o qual haveria eleições para uma Assembléia Constituinte em 1983 e eleições gerais no ano seguinte. A crise econômica, no entanto, adverte que não permitirá ao atual governo se manter até essa data. Entre a COB e o FMI, os partidos acharam como saída de emergência a proposta de que o poder seja entregue ao Congresso Nacional eleito em 1980, o qual escolheria um presidente.

Numa declaração conjunta, os sete partidos legalmente reconhecidos advertem que "a integridade e a sobrevivência da Nação acha-se em perigo".

A volta ao Congresso de 1980, porém, não é compartilhada por todos os partidos. O MNRI (Movimento Nacionalista Revolucionário de Izquierda), cujo presidente Hernan Siles Suazo ganhou as três frustradas eleições de 1978, 1979 e 1980, exigiu eleições gerais imediatas.

Enquanto governo e oposição discutem a saída, os chefes militares comprometidos com o tráfico de drogas estão tentando, através de sequestros e atentados terroristas, criar o clima para abortar a "abertura".

A reorganização da COB

A COB, no entanto, renascida das cinzas, articulou-se rapidamente e procu-

ra recuperar suas antigas conquistas. No dia 6 de julho, a COB organizou uma manifestação de 20 mil pessoas em La Paz para se opor ao plano econômico exigido pelo FMI e exigir eleições imediatas. Juan Lechin, o secretário-geral da central operária, voltou do exílio e encabeça mais uma vez a reorganização da COB. Nos centros mineiros, porém, nos últimos dois anos as lideranças cederam lugar a ativistas que tiraram conclusões dos reiterados fracassos nas heróicas lutas das últimas três décadas. E uma nova direção está-se gestando. Tanto o velho MNR quanto suas frações, além do PC e o MIR (mais direitista ainda que o PC) não representam a vontade e a decisão de luta dos trabalhadores bolivianos.

Durante 1980, já foi colocada a proposição da COB se converter em expressão política dos trabalhadores formando um partido baseado nos seus próprios sindicatos. Reformistas e frente-populistas abortaram a possibilidade, só para mostrar em pouco tempo que o circuito do poder burguês está definitivamente esgotado e não pode levar senão ao golpe, à ditadura dos piores elementos das forças armadas.

Possibilidades revolucionárias

Tentar voltar a 1980, seja entregando o poder ao Congresso eleito nessa oportunidade, seja fazendo novas eleições, é simplesmente enganar os trabalhadores. Os dois últimos anos não passaram inutilmente. E a crise econômica é agora muito mais séria do que então. Só um governo revolucionário dos trabalhadores e os camponeses pode tirar o país da crise e da degradação. A burguesia já não mais pode disfarçar a contra-revolução com o "nacionalismo" e o frente-populismo.

A Bolívia volta a ser o elo mais débil da cadeia imperialista do cone sul. A tradição de luta, a experiência e a força concreta do operariado boliviano tem que acabar com as direções pelegas e reformistas para estar à altura das necessidades. Os trabalhadores brasileiros, e muito especialmente o PT, devem se esforçar ao máximo para colaborar com os irmãos bolivianos nesta nova oportunidade histórica. Se a COB conseguir colocar à sua cabeça uma direção classista e revolucionária, e oferecer sua própria alternativa política para a crise, não só a Bolívia mas todo o continente darão um enorme salto na luta contra o imperialismo e pela revolução social.

Eleições no México Cresce a esquerda revolucionária

Apesar da vitória do PRI, no poder desde 1923, a esquerda cresceu a sua votação. A destacar, a votação notável do PRT que obteve 338 mil votos, garantindo o direito de entrar na Câmara dos Deputados e manter a legalidade do partido.

Nas eleições mexicanas não é costume haver surpresas. O Partido Revolucionário Institucional (PRI), no poder desde 1923, ganha as eleições com um candidato escolhido pelo aparato partidário. As eleições de 4 de julho não contestaram a tradição. O PRI elegeu seu candidato para presidente, Miguel de Lamadrid Hurtado.

Mas houve surpresas. A esquerda que desta vez teve a oportunidade de se apresentar livremente, obteve uma votação superior aos cálculos do governo. O PSUM, que reúne o Partido Comunista e outras forças da esquerda reformista e centrista, obteve 1.113.000 votos, equivalente a 5,81% do total.

Porém, o mais sugestivo foi o resultado que obteve o Partido Revolucionário dos Trabalhadores (seção mexicana da Quarta Inter-

nacional S.U.) O PRT, que se negou a se submeter ao programa reformista e conciliacionista de classes do PSUM, conseguiu primeiro o grande sucesso de passar as barreiras para se apresentar à eleição. Com uma campanha centrada nos direitos humanos e no apoio à revolução centro-americana, denunciando o verdadeiro papel do PRI e apesar do boicote que sofreu nos meios de comunicação massiva, o PRT teve 388 mil votos ou 2,25% do total. Assim, o PRT garantiu seu direito a entrar na Câmara dos Deputados e manter a legalidade do partido.

Em uma próxima edição, EM TEMPO, diretamente do México, explicará com detalhes a campanha do PRT, a esquerda mexicana e a situação daquele país.



Margarida



Vanda



Nilza



Da Paz



Nair



Isabel

Margarida: A nossa categoria tem 60 mil homens e 25 mil mulheres, a maioria concentrada no setor farmacêutico. O salário médio das mulheres é de 30 mil e o dos homens é entre 48 e 55 mil. E é uma categoria em que até os homens não têm muita informação e muito menos as mulheres. Porque a mulher tem muito mais problemas em casa, tem a dupla jornada, não tem um canal de participação no sindicato, nem nos outros movimentos. É só no domingo, que as mulheres tem de folga. Lá na minha fábrica, a Andrômaco, você vê que a mulher tem muita dificuldade, principalmente: se ela é menor, como a maioria lá. Se ela não estuda, ela tem um namorado; senão é problema em casa. Para você participar com ela você tem que ir num chá de cozinha, numa festinha. E isso a gente vai ter que começar a fazer. E tem o problema dos chefes serem muito paternalistas com as mulheres. O chefe coloca a coisa mansinha e ela não percebe a jogada.

Vanda: Houve um problema no meu laboratório, do patrão dando advertência oral, sem dar para as companheiras assinarem e isso aí eu denunciei na frente de todo mundo. Agora as companheiras estão confiando mais em mim, querendo fazer um abaixo assinado ou pelo menos um boletim para denunciar isso.

Nilza: Tem uma coisa que acontece na empresa, um problema específico que, por mais que a gente tenha claro que no fundo é econômico, na verdade é específico das mulheres. É que quando vão no banheiro elas ganham uma chapinha e só podem demorar lá cinco minutos. Os homens, além de não terem chave, eles vão na hora que quiserem e levam até jornal para ler lá dentro. Outro caso gravíssimo foi o de três mulheres que chegaram atrasadas quatro minutos e foram mandadas embora. Os homens, quando chegam atrasados o mesmo tempo, podem entrar. Claro que é porque as mulheres eles mandam embora mais fácil e substituem mais rápido. É um problema econômico, mas que atinge mais a mulher.

Vanda: É que a mulher ainda é mais submissa, aceita mais o que a empresa quer fazer com ela. Eu acho que isso não é uma coisa só da categoria dos químicos, mas de todas as categorias, uma opressão maior sobre a trabalhadora.

Da Paz: Eu ainda não tenho muito apoio da parte do pessoal da minha firma, a Laffi. E é um pessoal que sofre horrores. Tem a encarregada da embalagem que obriga o pessoal a fazer extra, fala que vai perder o emprego se não fizer. E tem problema de estudo: uma colega minha que foi fazer ficha, a encarregada falou que não ia pegar porque ela estudava.

Nair: Eu acho que a mulher hoje é uma

Oposição dos químicos/São Paulo

As mulheres estão de corpo inteiro na luta

Margarida, Vanda, Nilza, Da Paz, Nair e Isabel. Seis operárias da chapa de oposição dos químicos de São Paulo, seis mulheres na briga contra os mil caminhos da opressão patronal, contra a traição do pelego e contra... o machismo.

Por Marília Carvalho

verdadeira leoa, apesar de se falar que a mulher não entende de política, a mulher não fala bem, a mulher não participa. Só da mulher levantar cinco da manhã, vir para a fábrica, aguentar uma pressão violenta da fábrica, voltar pra casa, cuidar de filho, cuidar do marido. É pressão do marido em casa, é uma coisa, é outra. O que eu acho é que cada fábrica deveria ter uma líder mulher. Dentro da minha fábrica, a maior parte é mulher que trabalha. Parece que não, sabe, mas elas lutam, estão juntas, são mais seguras que os homens. Mas, para isso, teve três anos do meu trabalho lá dentro. Hoje, mesmo se eu sair da fábrica, mesmo que a empresa mande embora quatro, cinco, como eles geralmente fazem, vai ficar um trabalho, sempre fica alguém que continua o trabalho.

Na nossa categoria a mulher é mais sacrificada. Por exemplo: a mulher grávida trabalha em condições péssimas, trabalha com antibiótico mesmo grávida, trabalha com narcótico mesmo grávida, trabalha em área estéril. Depois, nasce um nenem com problema. Isso acontece na minha fábrica. Tudo quanto é nenem nasce com problema: é problema de alergia, de bronquite. E como é que se vai provar que isso começou no ambiente de trabalho da mãe? E ocorrem muitos abortos. Mas jamais um médico de convênio vai falar que a causa de um aborto foi a função no trabalho.

— Explica o que é "área estéril".

Nair: Área estéril é uma área fechada onde se faz antibiótico injetável. É uma área totalmente esterilizada com formol; trabalha-se com aquela lâmpada de ultravioleta o dia todo. Você para entrar toma um banho com água esterilizada, coloca aquela roupa toda esterilizada, sapato,

tudo. Muitas vezes, você não pode sair nem para ir ao banheiro, por que é prejuízo para a empresa, até você tirar toda aquela roupa, ir ao banheiro, tomar banho e voltar novamente.

Isabel: Eu não tenho muito a acrescentar. Parece que é uma coisa da nossa sociedade que o homem é um ser, mulher é outro. Por tudo que eles colocam aí, pelo moralismo. Apesar de que os homens também sofrem com isso, de uma certa maneira. Mas a mulher é mais perseguida. Eu acho que a gente vai ter mesmo que acompanhar as mulheres no passo que elas têm, para poder mostrar todo o direito que ela tem de participar, todo o poder que ela tem como ser humano, como pessoa normal que a gente é. Acho que o que falta sobre as mulheres é uma prática de trabalho. Porque existe muito estudo, muita pesquisa, mas não existe uma prática de organização.

Da Paz: Eu acho que a gente tem mais é que participar, ir em reuniões, tudo que pintar mesmo. A gente ganhando estas eleições, nós vamos tentar mobilizar as mulheres, para elas se conscientizarem que a mulher precisa participar mesmo, precisa saber o que está nos atingindo, em relação ao trabalho, ao corpo, a tudo. A partir do que nós tomemos este sindicato, essas seis mulheres vão trabalhar em cima disso, com muita força de vontade.

Nair: Eu acho que o nosso maior trabalho deve ser organizar as mulheres na fábrica, que é mais difícil que organizar os homens. A mulher, quando pega uma luta, ela vai em frente, ela pega pra valer, com unhas e dentes, mas é difícil ela pegar.

Margarida: É que a mulher, a primeira luta dela é se liberar da família. É o que aconteceu na minha família. Depois da minha luta para conseguir me liberar, como é que eu posso parar? Agora eu tenho um objetivo sindical, um objetivo político. Eu não briguei em casa simplesmente pra ficar numa boa, uma briga tremenda para depois ficar fazendo nada.

— E quais as propostas de vocês para a categoria?

Nilza: Vamos fazer um boletim específico dos problemas das mulheres. Nós temos a

preocupação em fazer um trabalho específico, mas ainda não temos um plano. Já organizamos um curso para as mulheres da nitroquímica, que vai começar em agosto, sobre a mulher em casa, na fábrica, nas lutas e sobre a sexualidade e a saúde. E no programa da chapa defendemos a integração da mulher na luta sindical e a luta pela solução de seus problemas específicos; pelo cumprimento da estabilidade para a gestante; pelo salário igual para trabalho igual e a realização de cursos, debates e reuniões das mulheres químicas e farmacêuticas. Somos contra um departamento feminino porque as mulheres ainda não estão mobilizadas, seria de cima para baixo.

— Existe uma tradição de trabalho com as mulheres na oposição sindical?

Nilza: A oposição atual é o resultado de um trabalho dentro do sindicato que começou com a Comissão de Mulheres. Em 1979 teve o Congresso das Mulheres Químicas e Farmacêuticas, que era um congresso só para sair no jornal. Mas, apesar do pelego, a gente conseguiu tirar uma Comissão de Mulheres, que foi muito ativa, resolveu muita questão e chegou a reunir umas quarenta mulheres na Zona Sul e no Centro. Os pelegos se assustaram com isso e mandaram um a comissão através da Horaide, que era diretora do sindicato. Mas o que ela fez foi matar a comissão, que nunca mais se reuniu. Participantes da Comissão de Mulheres integraram a Comissão permanente de Mobilização, que em 82 formou a Oposição.

— Como os homens da chapa encaram o trabalho de vocês?

Nilza: Companheiros da chapa às vezes não compreendem que não queremos fazer uma coisa separada. O problema da mulher é específico — o homem não fica grávido, por exemplo — mas dentro da categoria. Às vezes eles nos chamam de feministas, no sentido de que queremos dividir as mulheres dos homens. Mas nós ainda não temos clara esta questão do feminismo, ainda não discutimos. Quando as mulheres entram na luta, elas são mais ativas. Quando conseguem superar todas as barreiras de filhos, marido. Eu por exemplo, era casada com um homem que me disse: "Ou o sindicato ou eu". Eu escolhi o sindicato e agora o safado está me pedindo 30% de pensão! Hoje tenho outros problemas porque sou casada com um homem negro e ainda por cima muito mais novo do que eu...

Isabel: É a própria sociedade que põe o homem mais valente que nós. Dá a chance dele ser mais valente, ele tem esse caminho. Para a mulher o próprio fato de participar já é uma vitória, uma conquista.

Nilza: Nossa batalha é para sermos levadas a sério. A gente vê, por exemplo, que o pelego tem muito mais raiva das seis mulheres da chapa que do resto. E entre os próprios companheiros, houve quem fosse contra a entrada de mulheres na executiva. O companheiro dizia que Deus é a cabeça do homem e os homens são a cabeça das mulheres... Mas acabou valendo o critério de entrarem duas mulheres na executiva. Somos respeitadas nas fábricas pelo nosso trabalho.

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Aloísio Marques, Álvaro Merlo, Américo Bernardes, Antonio Helder, Carlos Henrique Arabe, Flávio Andrade, Joaquim Soriano, José Luiz Nadai, Juarez Guimarães, Julio Tavares, Luci Ayala, Marcio Gomes, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Virginia Pinheiro.

Jornalista Responsável: Vilma Amaro - Reg. MTPS nº 9.149.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte Ltda. R. Francisco Leitão, 57 - Pinheiros, São Paulo. CEP 05414 - Fone: 852-8880 - CGC. 46.093.589/0001-10.

Sucursais: Belo Horizonte: R. da Bahia, 1148 - 12º andar - sala 1203; Porto Alegre: Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20; Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117 - sala 1414 - Vitória - Caixa Postal 1427.

Composição: Editora Letra Ltda. - Rua Artur de Azevedo, 1977 - Fone: 212-5061.



Helena Greco Uma candidatura pelos direitos humanos

Dona Helena Greco é, sem dúvida, uma lenda viva na luta pelos Direitos Humanos no Brasil. Personagem ativa na luta pela anistia ampla, geral e irrestrita foi seguidamente alvo de atentados terroristas. esteve à frente dos principais esforços para denunciar a violência policial da ditadura em Minas durante todos estes anos. Crítica a qualquer compromisso com o regime, optou desde o início pelo PT, fazendo parte hoje da sua Direção Nacional. Aqui, Dona Helena fala da sua candidatura a vereadora por Belo Horizonte, continuidade da sua luta por direitos humanos.

— Quais são os objetivos de sua candidatura?

Helena — Os dois pontos programáticos sintetizam minha atuação de todos estes anos de luta: dar apoio e solidariedade a todos aqueles que foram atingidos em seus direitos fundamentais de homem e cidadão, e lutar por uma Anistia Ampla, Geral e Irrestrita; incentivar a discussão a respeito da situação da mulher, visando, desta forma, delinear as várias alternativas que permitam à mulher uma participação mais efetiva na sociedade.

— Mas a luta pela Anistia Ampla, Geral e Irrestrita ainda está colocada hoje em dia?

Helena — Desde o Movimento Feminino pela Anistia (MFPA), eu acreditava que esta luta necessariamente se transformaria numa luta mais profunda do povo brasileiro pela sua libertação. Uma luta arbitrio e a opressão, englobando o desmantelamento do aparelho repressivo. A fundação do Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) representou um passo adiante neste sentido: já era enfatizada a

necessidade de colar esta luta ao movimento operário e popular. Do combate à repressão política que caracterizou o MFPA, o CBA passou a deslocar seus esforços para atingir os movimentos de massa. Comprendemos que a repressão policial é profundamente política: atinge o povo, os habitantes da periferia, para conservá-los no local que lhe reservou o regime: o cidadão de segunda categoria. A minha candidatura é o passo seguinte no aprofundamento da luta pela Anistia. Percebo que não podemos dispensar a participação no parlamento, por entender que o caráter mais profundo da anistia não deve significar apenas o direito dos trabalhadores se organizarem em torno de de suas reivindicações econômicas, mas principalmente o de se organizarem enquanto força política que dispõe de um projeto de uma nova sociedade, sem exploradores nem explorados. O desman-

trabalhadores que detêm nas mãos o potencial desta transformação. É nesta direção que se inscreve a proposta do PT, a nossa proposta: caminhar rumo ao socialismo, forjado nas lutas do dia a dia.

— E o que significa a discussão à respeito da situação da mulher?

Helena — Foi a partir do MFPA que foi organizado o 1.º Encontro da Mulher em Minas Gerais, em maio de 1979. Dentro de minha campanha, procurarei ao máximo incentivar a organização da mulher, e esta é uma luta fundamental. Isto por entender que, desde o trabalho "invisível" que ela faz em casa (lavar, passar etc) até à dupla jornada de trabalho, quando a mulher, além de realizar as tarefas caseiras também trabalha fora, recebendo salários menores para a mesma função, sempre a mulher é explorada. Isto para não falar de uma repressão ainda mais terrível, a repressão cultural, ideológica que a sociedade nos impõe. Também na questão feminista a solução dos problemas está além dos marcos do capitalismo.

— Mas por que uma pessoa conhecida como a senhora se candidata a vereadora e não a um dos cargos majoritários do partido?

Helena — Meu nome constou da lista de oito nomes indicados pelas bases do partido para as candidaturas majoritárias. Entretanto, em discussões subsequentes no interior do partido, chegamos à conclusão que eu seria mais útil para o PT se me candidasse à Câmara Municipal, por uma série de motivos. Minha candidatura representava um fortalecimento de nossa chapa à Câmara de Belo Horizonte, o que seria fundamental para o partido obter uma votação expressiva na capital mineira. Já em nossa pré-convenção havia unanimidade no interior do partido em relação a essa avaliação.

A candidatura à Câmara ou a um cargo majoritário não é uma questão fundamental. Qualquer que fosse a decisão das bases, trabalharia com igual dedicação para a consolidação do partido. A meu ver todos os candidatos têm que se empenhar para que sua campanha se desenvolva de acordo com os interesses de fortalecimento do PT. (da sucursal)

As Madres da Plaza de Mayo

"Um filho, todos os filhos uma mãe, todas as mães"

Vinte ou trinta mil desaparecidos. Não se sabe quantos ainda estão vivos. Poucos, talvez. Mas as Madres da Plaza de Mayo recusam-se a pensar nisso: não cedem, não dão razão à ditadura que procura apresentar a sua luta como inútil; "loucas", seriam. Mas não são. Foram e são o primeiro movimento a desafiar, a denunciar os ditadores e os seus assassinos. Sem a sua luta, a repressão teria sido maior, o movimento operário e popular mais demoraria a se reorganizar.

No centro de Buenos Aires, na Calle Uruguai, ocupando o segundo piso de um prédio velho, está instalada a Casa das Madres. Sob a permanente vigilância da polícia ("ainda ontem veio um a minha casa, dizendo-se técnico da Companhia dos Telefones, mas já o conhecia", conta-nos uma das Madres), aí se reúnem e trabalham.

A sua luta, a sua vigilância não esmorecem. Nas pequenas salas da Casa das Madres, está-se a cavar a sepultura da ditadura. A sua determinação é mais forte do que a dos sequestradores. E a explicação lá está, bem simples, numa inscrição na parede, por baixo das fotografias de centenas de desaparecidos: "Un hijo, todos los hijos; una madre, todas las madres".

Na Casa das Madres, **EM TEMPO** conversou com nove das "Madres", algumas das quais integrantes da Comissão de Fundadoras, entre elas a vice-presidente do movimento.

— Qual é o balanço geral do número de sequestros?

— É difícil saber números exatos. Podem ser entre 20 e 30 mil. Nos nossos arquivos, o sequestrado mais novo tinha 20 dias e o mais velho tinha 80 anos. Há quase tantas mulheres como homens, embora a proporção varie segundo as camadas sociais. Há muitas mulheres entre os estudantes universitários que constituíam a primeira vaga de prisões.

Mas, no total, 51% dos sequestrados são operários qualificados.

— Como se formou o movimento de vocês?

— Um ano depois do golpe militar que instalou a ditadura, muitas mães de desaparecidos e sequestrados começaram a se encontrar em distintas reuniões públicas, onde iam perguntar pelos nossos filhos. Uma mãe, Ausena Villaflor Devicenti, hoje também desaparecida, teve a idéia de nos reunirmos na Praça para enviarmos uma carta ao Presidente Videla. Reunimo-nos na primeira vez num sábado, mas a Casa do Governo estava fechada. Éramos então quatorze mães. Então, fomos na sexta-feira e combinamos ir na semana seguinte buscar a resposta. A partir daí, cada semana éramos mais. Nessa altura, a imprensa não dizia nada, nem sequer se havia desaparecidos. Quando já éramos mais de cem, começaram a nos reprimir. Prendiam-nos por várias horas, por noites; de uma vez, fecharam-nos numa cela com um cadáver. A mim, que tenho mais de setenta anos.

— Agora, já somos mais de 2.500 mães no movimento, em todo o país. Todas as quintas-feiras estamos, cerca de 300 ou 400, na Praça às 15:30. Quando são datas importantes — o dia da Mãe, o aniversário da Casa das Madres — então chegamos a reunir duas mil. Publicamos um boletim desde 1979, temos uma Declaração de Princípios e estamos legalmente constituídas. A nossa organização é simples: há uma Comissão Fundadora de 20 mães, com uma Comissão Administrativa de 11. Temos comissões de solidariedade para ajudar os filhos dos desaparecidos a continuar os estudos até a Universidade.

— Há um mês foi formada uma Comissão de Avós. Fazem investigações específicas: há militares que adotaram crianças que desapareceram ao mesmo tempo que os pais; há outras crianças em orfanatos, é preciso descobri-las...

— A realidade da repressão é hoje diferente daquela época em que vocês se organizaram?

— Em 1976, desaparecia gente todos os dias e, nessa altura, o nosso movimento foi o único que enfrentou o governo militar. Agora, a situação não é muito diferente. Na semana passada, houve quatro sequestros. Quanto a um deles, realizado em Buenos Aires, já se sabe onde está. Quanto aos outros, de Córdoba,

não há resposta oficial aos pedidos de habeas corpus. Em fevereiro, foi assassinada uma trabalhadora, Ana Maria Martinez, grávida de três meses.

— O terrorismo continua por todas as formas, mesmo dentro das prisões. Suicidou-se agora um jovem em Caseros: tinha já cumprido quatro anos e meio de uma pena de seis. Mas não aguentou. Estão sem cuidados médicos, sem assistência espiritual, todo o dia isolados, só têm três horas de recreio comum e nunca vêem a luz do sol. Podem ser castigados só por levantar a vista para os guardas.

— O governo promete abertura, a ditadura e os sequestros continuam. E vocês?

— Não vamos deixar de lutar até serem satisfeitas as nossas reivindicações. Se esperarmos que desistamos com o tempo, enganam-se. Nem que sejam os filhos e os filhos dos filhos dos desaparecidos, continuamos. Não esquecemos. O povo não esquece. Pode passar o tempo, podemos morrer, podemos desaparecer e a luta continua, as reivindicações ficam sempre vivas.

EM TEMPO:

A Editora Aparte S/A • Rua Francisco Leitão, 57 • CEP 05414
• Pinheiros • São Paulo

assinatura Cr\$ 1.500,00

Nome:

Endereço:

Bairro:

Cidade:

Estado: